

EDUARDA REIS JUNQUEIRA RAMOS

**GESTÃO E PLANEJAMENTO URBANO:
O CASO DE LUIS EDUARDO MAGALHÃES NO
ESTADO DA BAHIA-BRASIL**

Orientador: Prof. Dr. António Augusto Teixeira da Costa

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Escola de Ciências Económicas e das Organizações**

Lisboa

2021

EDUARDA REIS JUNQUEIRA RAMOS

**GESTÃO E PLANEJAMENTO URBANO:
O CASO DE LUIS EDUARDO MAGALHÃES NO
ESTADO DA BAHIA-BRASIL**

Dissertação defendida em provas públicas para a obtenção do grau de Mestre em Gestão de Empresas, no Curso de Mestrado em Gestão de Empresas, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, com o Despacho de Nomeação de Júri N° 118/2020, de 8 de abril de 2020, com a seguinte composição:

Presidente: Prof^a. Doutora Ana Cristina Brasão;
Arguente: Prof. Doutor Eduardo M. Sarmento Ferreira;
Orientador: Prof. Dr. Antônio Augusto Teixeira da Costa
Coorientador: Dr. Francisco Pereira da Silva (membro não integrante do júri)

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Escola de Ciências Económicas e das Organizações

Lisboa

2021

EPÍGRAFE

“Ela deve ser concebida não como simples organismo capaz de preencher satisfatoriamente e sem esforço as funções vitais próprias de UMA CIDADE MODERNA QUALQUER, não apenas como URBS, mas como CIVITAS, possuidora dos atributos inerentes a uma capital. E, para tanto, a condição primeira é achar-se o urbanista imbuído de UMA CERTA DIGNIDADE E NOBREZA DE INTENÇÃO, porquanto dessa atitude fundamental decorrem a ordenação e o senso de conveniência e medida capazes de conferir, ao conjunto projetado, o desejável caráter monumental. Monumental, não no sentido de ostentação, mas no sentido da expressão palpável, por assim dizer, consciente, daquilo que vale e significa.

Cidade planejada para o trabalho ordenado e eficiente, mas ao mesmo tempo, cidade viva e aprazível, própria ao devaneio e à especulação intelectual, capaz de tornar-se, com o tempo, além de centro de governo e administração, em um foco de cultura dos mais lúcidos e sensíveis do país.”

Relatório do Plano Piloto de Brasília, de autoria do arquiteto urbanista Lúcio Costa (1991).

DEDICATÓRIA

Ao meu marido, aos meus pais, minhas irmãs, meus sogros e minha cunhada, que de forma especial e carinhosa, deram a força e coragem necessária e apoiaram nos meus momentos de dificuldades.

À Deus, que sempre iluminou os meus pensamentos, me deu força e esperança para manter-me firme nesse desavio.

Aos meus orientadores, em especial, Dr. Francisco Pereira, que me trouxe e indagou a buscar mais conhecimentos.

AGRADECIMENTOS

À Deus, por ser minha fortaleza e proteção.

À minha querida e amada mãe Ludmila e ao meu pai João Augusto, que juntos me ensinaram o caráter, o respeito, a dignidade, a honestidade, a coragem de viver e vencer, dando-me força e incentivo à prosseguir nos meus estudos e conhecimentos ao longo da minha trajetória, minha eterna gratidão por tudo, principalmente pelas orações, palavras de amor, carinho, sabedoria.

Às minhas irmãs Fernanda e Bruna, por sempre me apoiarem e incentivarem no meu labor educacional e nos momentos em que precisei de apoio emocional, ressalto aqui a Fernanda, que além de apoio emocional, também foi minha companheira de mestrado, e que me ajudou e incentivou a ingressar e não desistir de concluir esse desafio.

A meu esposo e amado Luan Moreno, que sempre me ajudou e incentivou a minha carreira educacional e profissional, que mesmo com as adversidades que passamos esteve ao meu lado me incentivando em meio a madrugadas de estudo.

Aos meus familiares, que contribuíram na minha formação direta e indiretamente, em especial a minha tia Ana Amélia que trouxe essa oportunidade e me incentivou dia a dia, também a minha Tia Izabel Cristina, que sempre me apoiou e participou da minha formação acadêmica.

Aos meus colegas de curso e professores, que estavam presentes incentivando, brincando e enriquecendo os conhecimentos durante o decorrer do mestrado.

Aos meus amigos, que me apoiaram e ajudaram no percurso, também aos meus superiores, que compreenderam a importância acadêmica e me concederam licença do trabalho, sempre que precisei, para conclusão, e entenderam as eventuais ausências.

Por Fim, todas as pessoas que mesmo não citadas contribuíram de maneira direta e indireta, muito obrigada!

RESUMO

Essa dissertação tem como principal objetivo explicar a necessidade e a importância de se investir na gestão e no planejamento urbano. Para atingir os objetivos, estruturou-se o trabalho por meio de uma pesquisa teórico-bibliográfica, documental e de campo, de cunho qualitativo, através de entrevista aplicada aos profissionais da equipe que se disponibilizaram a participar da pesquisa, doze (12) de um total de quatorze (14) profissionais. O estudo teórico bibliográfico ponderou além de documentos científicos e da literatura sobre o funcionamento do planejamento urbano, buscando entender a realidade brasileira, avaliou sobre a realidade populacional, política e econômica atual, e o crescimento urbano do Município de Luís Eduardo Magalhães, assim como a atuação da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, onde são realizadas as demandas de ordenação e monitoramento do espaço urbano. Concluindo verificou-se a existência de “gestão” e “planejamento”, porém pela conveniência e demandas políticas espontâneas, de forma corretiva, desorganizada, não envolvendo estudos estratégicos, preventivos, baseados em laudos técnicos, não envolvendo parcerias efetivas entre as secretarias e órgãos governamentais ou até mesmo com organizações não governamentais, intuições educacionais e empresas do município.

Palavras Chaves: Planejamento Urbano, Gestão Participativa, Política Pública, Desburocratização.

ABSTRACT

This dissertation has the main goal to explain how important is to investing in urban planning and management. In order to reach the objectives, the work was structured through a theoretical-bibliographic, documentary and field research, of a qualitative nature, through an interview applied to the professionals of the team who became available to participate in the research, twelve (12) of a total of fourteen (14) professionals. The bibliographical theoretical study considered, besides scientific and literature documents on the operation of urban planning, trying to understand the Brazilian reality, evaluated on the current populational, political and economical reality, and the urban growth of the Municipality of Luís Eduardo Magalhães, as well as the the Secretariat of Planning, Budget and Management, where the demands of urban planning and monitoring are carried out. In conclusion, it was verified the existence of "management" and "planning", but for the convenience and spontaneous political demands, in a corrective, disorganized way, not involving strategic, preventive studies, based on technical reports, not involving effective partnerships between the secretariats and organs governmental organizations or even with non-governmental organizations, educational intuitions and companies of the municipality.

Key Words: Urban Planning, Participatory Management, Public Policy, Debureaucratization.

ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

BA – Bahia

CEOs – Chief Executive Officer

CIC – Centro Industrial do Cerrado

C.I.A.M. – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna

CONCITIBA – Conselho da Cidade de Curitiba

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba

ISS – Imposto Sobre Serviço

LEM – Luís Eduardo Magalhães

MATOPIBA – Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

PDDU – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano

PIB – Produto Interno Bruto

PMLEM – Prefeitura Municipal de Luís Eduardo Magalhães

PNDU – Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano

PPPs – Parcerias Público-Privadas

RAND – Research and Development

SEPG – Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão

SUDIC – Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 1 – Fundamentação Teórica.....	24
1.1. Gestão e Administração.....	24
1.1.1. Fundamentos da Administração	25
1.1.2. Planejamento	30
1.2. Gestão Pública	34
1.3. Políticas Públicas, Definições e Histórico.....	36
1.3.1. Modelos de Políticas Públicas.....	38
1.3.2. Política Pública de Desenvolvimento Urbano.....	43
1.4. Gestão Urbana	45
1.4.1. Planejamento urbano	47
1.4.2. As Cidades e a sua importância para gestão pública no Brasil.	51
1.5. Município de Luís Eduardo Magalhães.....	58
1.5.1. Aspectos Geográficos, Locacionais e Físico-Territoriais.	60
1.5.2. História e Crescimento Territorial do Município	61
1.5.3. Atividade Econômica do Município	69
1.5.4. Aspectos Políticos Administrativos	73
1.5.5. Propostas e Projetos da Atual Administração	74
CAPÍTULO 03 – Metodologia.....	83
3.1 Análise Qualitativa.	84
3.2 Amostra	85
CAPÍTULO 4 – Análise e Discursões.....	87
CONCLUSÃO	99
BIBLIOGRAFIA.....	103

Eduarda Reis Junqueira Ramos
GESTÃO E PLANEJAMENTO URBANO: O CASO DE LUIS EDUARDO MAGALHÃES

Livros e Artigos	103
Fontes da Internet	106
APÊNDICE I.....	108
APÊNDICE II	110

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo a análise da transformação do espaço urbano, em especial, na cidade baiana de Luís Eduardo Magalhães, buscando atender os interesses e necessidades humanas, tecnológicas e demográficas, com a preocupação da forma de se instituir a ocupação e uso do solo urbano, evitando-se a degradação socioambiental, com sérias consequências para a sociedade como um todo, interferindo no processo de crescimento econômico, desenvolvimento social e preservação da qualidade de vida.

Desta forma, o espaço urbano deve ser entendido como um organismo vivo, onde ocorrem o convívio, as relações pessoais e organizacionais, as interações e referenciais da vida humana, com fixação, segurança, socialização, participação e integração social envolvendo todos os atores do processo.

Para tanto, é necessário a definição do que seja Planejamento Urbano: processo de criação e desenvolvimento de programas que buscam melhorar ou revitalizar certos aspectos técnicos, humanos e sociais dentro de determinada área geográfica urbana, previamente delimitada. Sob o ponto de vista acadêmico, é o método de atuação no ambiente urbano que atua diretamente com os processos de produção, estruturação e apropriação do espaço disponível para o desenvolvimento urbano.

Sob o ponto de vista histórico, alguns pesquisadores afirmam que a civilização humana tem trabalhado, em caráter precário, com planejamento urbano, segundo as recentes escavações arqueológicas, desde 3.500 a.C. Aos muçulmanos é creditada a criação do zoneamento específico para estabelecimentos comerciais, residenciais, culto religioso, etc. Muitas cidades das civilizações pré-colombianas também construíram suas cidades com planejamento urbano, incluindo sistemas de esgoto e de água corrente. Por exemplo, a Cidade de Tenochtitlan-

México, capital do Império Azteca, foi construída em uma ilha do lago Texcoco, onde é hoje a Cidade do México. No seu auge, Tenochtitlan era a maior cidade do mundo, com uma população aproximada de 250 mil habitantes, organizada e estruturada de maneira elevada para a época.

Porém, em 498 a.C., o grego Hippodamus (Hipódamo de Mileto ou Hipodamo), foi arquiteto, planejador urbano, médico, matemático, meteorologista e filósofo e tendo vivido no auge do período clássico, é considerado o "pai" do planejamento urbano em quadriculas, designado por "hipodâmico" em sua homenagem, e apresentou suas propostas sobre o uso ideal da terra e da localização de ruas e edifícios nas cidades de Mileto e Pireu, que é considerada como uma proposta de padrões de planejamento urbano e adotada por várias outras cidades da Grécia.

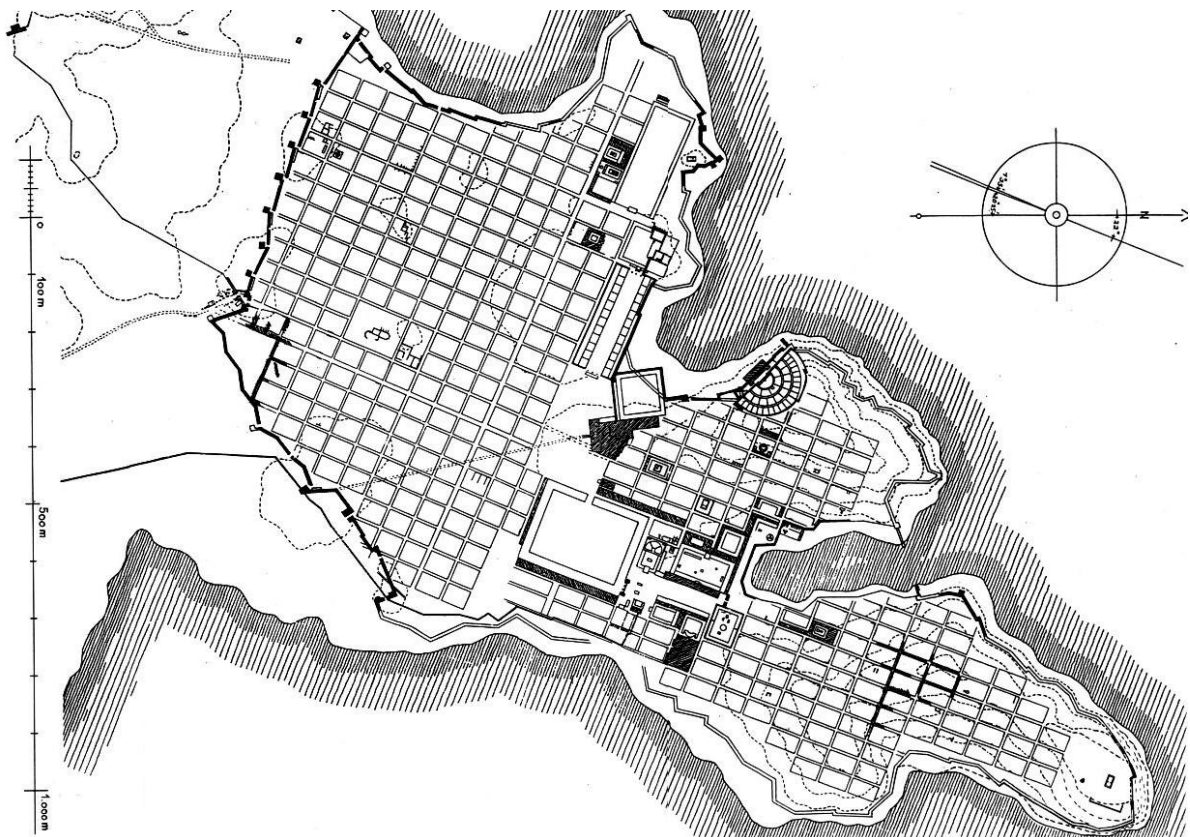


Figura 1. Mileto. Traçado de Hipodamo. 479 a.C. Imagem
Fonte: Coisas da Arquitetura

Adiantando-se na “linha do tempo”, temos na Revolução Industrial uma oportunidade para analisar o processo de aglomeração urbana sem qualquer planejamento, porque os fluxos migratórios foram acelerados com a implantação das industriais, tanto nos Estados Unidos como na Inglaterra, com o deslocamento da população do campo para as cidades e que viviam em bairros com péssimas condições sanitárias, normalmente, perto das fábricas.

Na época, os Reformistas Sociais solicitaram dos governos a melhoria das condições precárias, surgindo, desta forma, planos urbanos, tais como, casas, jardins e áreas verdes, além da separação das zonas industriais das residenciais. Mas, o contínuo crescimento fez surgir comunidades carentes, sem qualquer tipo de atendimento social, humano e de higiene, o que, infelizmente, continua até hoje em várias regiões do Brasil.

É isto que não queremos para Luís Eduardo Magalhães!

Portanto, o objetivo geral desta dissertação de mestrado está pautado em pesquisar se e como ocorre o planejamento e gestão urbana de Luís Eduardo Magalhães, demonstrando a importância de uma nova gestão de planejamento urbano, com o pensamento sobre o que estamos deixando para as futuras gerações, evidenciando a importância de uma boa gestão e do planejamento estratégico para o desenvolvimento econômico e o crescimento urbano ordenado do município.

Os objetivos específicos são:

- Abordar o tema sobre gestão e administração, suas diretrizes e influências nas organizações públicas.
- Verificar como se desenvolveram as políticas públicas urbanas no Brasil e descrever a sua importância para economia;

- Identificar os fatores que implicam no desenvolvimento urbano das cidades, sua importância e relevância para economia;
- Identificar como ocorreu o crescimento urbano na cidade de Luís Eduardo Magalhães, sua realidade social, econômica e política;

Para atingir os objetivos, essa dissertação foi estruturada através de uma pesquisa teórico-bibliográfica, documental e de campo, de cunho qualitativo, tendo como base a vivência profissional da pesquisadora. Foram analisados documentos da secretaria de planejamento, orçamento e gestão, e as leis que estabelecem parâmetros para a gestão e o planejamento urbano municipal, além de entrevista com técnicos da secretaria em questão. A entrevista foi aplicada à doze (12) profissionais da equipe que se disponibilizaram a participar da pesquisa, de um total de quatorze (14).

Os dados analisados foram acerca da existência, a periodicidade, quem e quais os parâmetros utilizados para o planejamento urbano do município, foi questionado também sobre a integração entre as secretarias. Ainda foi examinada a existência de parcerias entre as entidades privada para o crescimento e desenvolvimento urbano de Luís Eduardo Magalhães.

Assim sendo, e conforme as normas metodológicas para uma investigação desta natureza, o texto de apresentação da dissertação, cujo título é: **“Gestão e Planejamento Urbano: O Caso de Luís Eduardo Magalhães”** está dividido em quatro (4) capítulos.

No capítulo 1 apresenta-se a fundamentação teórica sobre gestão e administração, seus princípios, diretrizes e influência nas organizações públicas, assim como se desenvolveram as políticas públicas no Brasil e importância da sociedade e entidades privadas para o desenvolvimento urbano, em seguida o histórico do planejamento urbano, o que compreendem as cidades para a gestão pública, a importância do desenho urbano.

Já no capítulo 2 é apresentado o histórico e os aspectos do município de Luis Eduardo Magalhães, a sua administração, assim como as propostas e metas da atual gestão.

No Capítulo 3 apresenta-se a forma Metodológica utilizada para realização da pesquisa. Para a realização do estudo, primeiramente definiu-se o tema, bem como a hipótese embasando as questões norteadoras, o universo de referência e a população/amostragem da pesquisa de campo. A metodologia empregada foi investigação teórico-bibliográfica, documental e de campo, de cunho qualitativo.

No Capítulo 04 são apresentados os resultados da pesquisa, demonstrando a forma com que é realizado o planejamento e gestão urbana de Luís Eduardo Magalhães, assim como ocorreu o crescimento urbano e quais foram as consequências decorrente deste, reforçando as possibilidades e desafios para a gestão urbana no atual contexto das políticas públicas. Os resultados são apresentados através de elementos qualitativos, constatados em gráficos, seguidos das respectivas análises de conteúdo.

Conclui-se o relatório dissertativo com as Considerações Finais onde demonstra a hipótese levantada e a verificação dos objetivos, unindo ideias e fechando as questões apresentadas na introdução do trabalho. Para contextualizar, compreendem a esse trabalho os elementos pós-textuais, entre eles: as referências, os apêndices e anexos, que são materiais indispensáveis à concepção desta dissertação.

CAPÍTULO 1 – Fundamentação Teórica

1.1. Gestão e Administração

A expressão Gestão vem tomando conta das prateleiras de negócios em todas as livrarias, envolvendo também as faculdades de administração pelo Brasil, concomitantemente o termo Administração perdeu seu status, surgindo assim a dificuldade de delimita-las, por sua similaridade a utilização leva a compreendê-las como sinônimos.

Os dicionários da língua portuguesa as trazem como sinônimos e mostram suas origens oriundas do latim, como bem relata o Ferreira (1999):

“Gestão - [Do lat. gestione.] S.f.
Ato de gerir; gerência, administração.
Administração - [Do lat. administratione.] S.f.
Ação de administrar.
Gestão de negócios públicos ou particulares.
Governo, regência.
Conjunto de princípios, normas e funções que têm por fim ordenar a estrutura e funcionamento de uma organização (empresa, órgão público etc.).
Prática desses princípios, normas e funções:
Função de administrador; gestão, gerência.”

O trabalho de um gestor é, “fazer com que um conjunto de pessoas, em comum acordo e de forma harmônica, execute uma atividade com qualidade, de maneira adequada ao que foi proposto pela organização.” (Scatena, 2012, P. 20). Ainda segundo a autora, no ramo empresarial, os termos ganham mais amplitude e gerir abrange o sentido de administrar, compreendendo a administração como a aplicação do que foi gerido. Na vertente desses entendimentos, talvez a administração possa ser compreendida mais como

vendas, produção, finanças, estatística, contabilidade, materiais e matemática, e a gestão como planejamento, direção, organização e controle.

“Seria correto gestão da produção e administração na produção. Ou seja, gestão de algo e administração em algo. Isto não desmerece a administração, ao contrário, seria impossível conceber a gestão sem ela.” (Dias, 2002, p.10).

1.1.1. Fundamentos da Administração

A administração está relacionada ao alcance de objetivos por meio dos esforços de pessoas, ela começa no instante da criação de concepção de ideias, estende-se até a materialização e avaliação das atividades, as funções básicas da administração são o planejamento, a organização, direção e controle. Para Oliveira; Prado; Silva (2005,) cabe ao gestor “planejar as atividades a serem executadas, promover o devido suporte organizacional, orientar as ações que daí derivam e controlar o rumo dos acontecimentos de forma usual e constate” (p. 104).

“A administração é um conjunto de atividades dirigidas à utilização eficiente e eficaz dos recursos, no sentido de alcançar um ou mais objetivos ou metas da organização.” (Silva, 2008, p. 06).

Considera-se que a Administração Científica foi desenvolvida por Frederick W. Taylor no princípio do século XX, utilizando-se de uma estrutural formal onde as pessoas eram vistas como instrumentos de alcance de eficiência para a organização. Os estudos de Taylor propunham quatro princípios, o de “estabelecer uma ciência da produção, treinar e selecionar trabalhadores, aplicar essa ciência para tarefas operativas e construir um sistema

de cooperação entre trabalhadores e gerência para alcançar os objetivos” (Caravantes, 2005, p. 59).

Segundo Heilborn, Lacombe (2008), o taylorismo baseava-se na premissa de que o operário deveria fazer sempre a mesma coisa, viabilizando o treinamento e acarretando em uma produção mais eficiente e rápida, por esse motivo, foi considerada uma forma de trabalho desumano, rotineiro e monótono. Contudo a escola da administração científica introduziu a concepção que incentivos financeiros aumentariam a produção, pressupondo que o ganho material seria o objetivo em comum entre as partes. O estudo de Taylor também propunha a redução de trabalho de dez para oito horas diárias e intervalos de descanso.

Em contrapartida ao norte-americano Henry Taylor, apareceu a Teoria Administrativa, tendo com seu expoente o francês Henri Fayol. Os elementos desta teoria projetava-se em organizar coisas, na busca de “evitar o caos, o comportamento casual e outros traços de desorganização ou não-organização” (Silva, 2008, p. 134). Fayol também definiu as funções da administração que consistem em previsão, organização, comando, coordenação e controle, mesmo se passando décadas as mesmas ainda são utilizadas. A previsão era considerada por Fayol a mais importante das funções, que consiste em na “tentativa de avaliar o futuro por meio de um plano e fazer provisões para realizar esse plano” (Silva, 2008, p. 135).

“A escola clássica estabelece uma forma de administrar dando ênfase à maneira correta de se estabelecer a estrutura organizacional e as responsabilidades dos administradores, determinadas por meio de uma compreensão precisa e metódica do trabalho a ser executado” (Heilborn, Lacombe, 2008, p. 39).

A Teoria Administrativa, a Administração Científica e a Teoria Burocrática são as três perspectivas da administração clássica. A Burocracia originou-se também na Europa do século XX, com visão da racionalidade, do estudo exato, no aspecto institucional, partindo da ciência política, do direito e da sociologia, longe da ideia de um processo emperrado e estagnado que julgamos hoje. Essa teoria tem “influência fundamental no estudo da administração pública, que constitui o campo lógico e natural de aplicação dessas concepções.” (Silva, 2008, p. 145).

O surgimento da Teoria Burocrática advinha da necessidade de organizar as empresas devido ao crescimento e complexidade, era necessário um modelo organizacional que abrangesse as diversas variáveis. Tal teoria foi concretizada por Max Weber, seus estudos buscavam estabelecer estabilidade e ordem as organizações por meio de hierarquia, possibilitando oferecer meios eficientes de se obter o trabalho realizado, com tarefas bem definidas em suas atividades e relações com as demais, assim como acreditava na meritocracia, em que o crescimento profissional deve ser alcançado devido ao mérito pessoal.

Teoria Administrativa Clássica	Teoria Administrativa Científica	Teoria Administrativa Burocrática
Apresentava ênfase na estrutura. No entanto, o foco estava no gerente (visão de cima para baixo). Defendia o planejamento como uma das funções principais	Com ênfase nas tarefas, buscava a racionalização do trabalho no nível operacional, ou seja, o foco era no empregado. Apesar de apresentar como	Com ênfase na estrutura, tinha como objetivo a racionalidade organizacional e a organização formal (baseada em regras e normas).

do administrador, o qual teve a profissionalização de seu papel como gerente.	vantagens a produtividade e a eficiência, não levavam em consideração as necessidades sociais dos funcionários.	Focava na organização inteira. Apresentava muita rigidez e lentidão, apesar de ter como vantagens a consistência e a eficiência.
---	---	--

Fonte: Silva (2008)

O processo de globalização impulsionou na economia o interesse, em especial das empresas privadas, de buscar novas formas de administrar e sobreviver no “mundo” capitalista, onde existe uma grande oferta e procura de bens e serviços. A expressão “responsabilidade social” pode ser enquadrada tanto como prática social, quanto filantrópica, o fato é que o termo é também relacionado ao compromisso que as empresas têm com desenvolvimento, bem estar e qualidade de vida dos funcionários e do meio em que ele se insere.

A visão tradicional das empresas foi substituída por uma visão moderna, onde ela é vista como uma instituição sociopolítica, visão resultante de uma sociedade que deixa de enfatizar aspectos econômicos para voltar-se ao social, valorizando as relações humanas, ecológicas, segurança, consumidor e a qualidade dos produtos.

As empresas também deveria contemplar o atendimento às demandas da sociedade, no qual “(...) o modelo de responsabilidade social deveria resultar de uma preocupação em se aliar o desenvolvimento econômico ao desenvolvimento de qualidade de vida” (Guimarães, 1984, p. 215). Outros autores também discorrem sobre a responsabilidade social das empresas, como Rico (1998, p. 38) que “(...) pressupõe uma concepção de empresa que é corresponsável pelo bem-estar da comunidade”, ou Neto e Froes (1999, p.

84) que define “(...) como um compromisso (...) com relação à sociedade e à humanidade em geral, e uma forma de prestação de contas do seu desempenho, baseada na apropriação e no uso de recursos que originalmente não lhe pertencem”.

Para Neto e Froes (2001, p. 80-81) a evolução da responsabilidade social das empresas discorre em três estágios, o “(...) 1º – exercício da gestão social interna (...) 2º – exercício da gestão social externa (...) 3º – exercício da gestão social cidadã (...)” O primeiro refere-se diretamente ao funcionário, levando em conta salubridade, segurança, motivação, saúde, benefícios entre outros que liga a empresa diretamente ao funcionário e sua família. O segundo é ligação e responsabilidade da empresa com seu consumidor, o meio ambiente, impactos e qualidade dos produtos, e por fim o terceiro estágio que extrapola, que alcança a sociedade e se compromete com o desenvolvimento e fomento aos projetos locais e regionais, estabelecendo parcerias com o Governo e outras entidades, através da filantropia, no qual os recursos privados são empregados nas necessidades e dos interesses de fins públicos.

“A filantropia empresarial, ao investir na sociedade, não está prestando favores ou doando benefícios. A nova ação social empresarial está procurando algum retorno, colaborar com o desenvolvimento do País, demonstrando que a iniciativa privada deve ser consciente, ter uma responsabilidade social em relação aos problemas que atingem a sociedade como um todo. A empresa cidadã é aquela que, além de cumprir sua função econômica, trabalha para a melhoria da qualidade de vida de toda a sociedade” (Rico, 1998, p. 29).

O objetivo de uma empresa ser socialmente responsável não vem apenas do que ela possa favorecer a sociedade em que se insere ou “à melhoria da qualidade de vida de seus

empregados e familiares, mas, sobretudo, ao aumento do empenho, do comprometimento, da motivação e da produtividade.” (Neto e Froes, 2001, p. 90).

Assim como nas demais teorias da administração, na administração moderna, onde a responsabilidade social tem grande ênfase, o planejamento também é considerado de grande importância, é ele quem determina “como a empresa atingirá seus objetivos de responsabilidade social ou como chegará ao ponto que deseja na área, ... está relacionada ao processo geral de planejamento da empresa e como sua política de responsabilidade social pode ser convertida em ação.” (Certo, 2003, p. 60)

1.1.2. Planejamento

A palavra planejamento é comumente empregada como sinônimo de planificação, em Portugal o correlato do termo é planeamento. O planejamento é “o processo de determinar como a organização pode chegar onde deseja e o que fará para executar seus objetivos.” (Certo, 2003, p. 103), e ainda “é uma atividade gerencial fundamental independentemente do tipo de organização” (Certo, 2003, p. 103).

O planejamento não se refere a deliberações futuras, mas seus resultados se projetam no futuro. Todo plano requer prazo e “se não planejarmos no presente, não teremos condições de implantarmos o que desejamos no futuro” (Heilborn, Lacombe, 2008, p.61). A previsibilidade dos planos é baseada pelo tempo, quanto maior o prazo menor a precisão, por esse fator que os planos em longo prazo devem ser indicativos.

O intuito do planejamento é minimizar risco, reduzir incertezas e esclarecer as consequências de possíveis ações da gestão para que possa aumentar o grau de sucesso de uma organização. De acordo com Certo (2003) o planejamento tem vantagens como a

visão para além dos problemas diários, a segurança na decisão e a ênfase nos objetivos da organização, mas também tem desvantagens quando muito enfatizado, pois se não houver um equilíbrio pode tomar demasiado tempo e negligenciar outras atividades que também são extremamente importantes o funcionamento de uma organização.

Podemos desdobrar quatro princípios do planeamento, o participativo, que é a elaboração realizada pelas diversas áreas da empresa, o coordenado, sendo um planeamento interdependente, o integrado, aonde os objetivos vem de cima para baixo e os meios de executa-los de baixo para cima, e por fim o planeamento permanente, uma vez que nenhum plano mantém seu valor e utilidade com o advir do tempo.

É importante atentar-se que o planeamento é um processo continuo e envolvem divergentes tomadas de decisão, deve-se estar atento aos propósitos, aos valores e a visão, assim como quais os caminhos adotar para alcança-los desdobrando políticas, estratégias e procedimentos. Um bom planeamento também carece de organização, de uma estruturação, de recursos humanos, tecnológicos e de materiais, é nesse ponto que se estabelecem os planos, os programas e projetos. Todas as funções do planeamento são extremamente importantes e necessitam, com mesmo mérito, de um controle, do feedback das realizações, e da avaliação dos resultados apresentados.

O planeamento pode ser estratégico, tático e operacional. O primeiro refere-se ao sistema de metas em longo prazo e quais os meios disponíveis, ele considera não apenas os aspectos internos da organização, mas o ambiente em que está inserida. O planeamento estratégico inicia-se no topo da hierarquia e extrapola o cenário que está imerso, ele projeta o que se deseja alcançar, e esboça as estratégias necessárias para viabilizar, por meio de

um bom diagnóstico, focando na essência das atividades, compreendendo a capacidade de escolhas ou forma de execução divergentes das praticadas.

Planejamento estratégico é estreitamente ligado ao conceito de eficácia, que é a relação entre o objetivo e os resultados, é fazer a coisa certa, fazer o que precisa ser feito para atingir o objetivo. Já o planejamento tático é a metodologia, busca aperfeiçoar terminada área e não mais a empresa como um todo trabalhando com as políticas setorializadas, “é desenvolvido pelos níveis organizacionais intermediários, tendo como principal finalidade a utilização eficiente dos recursos disponíveis para a consolidação de objetivos previamente fixados, ... bem como as políticas orientativas para o processo decisório da empresa.” (Oliveira, 2015, p.20)

O planejamento operacional é uma função gerencial, promovido pelos níveis inferiores da organização, ele quem especifica a aplicação dos recursos e deve estar coerente com o planejamento estratégico da organização. Por não ser um ato isolado, o planejamento pode ser considerado um processo de ações interligadas que necessitam de objetivo e meta, sendo o objetivo a primeira etapa para o processo, que é o propósito em si e a meta o resultado a ser alcançado, vinculado sempre a um prazo.



Figura 2. Planejamento.

Fonte: Site Treasy – Planejamento e Controladoria (2015)

Os objetivos devem ser viáveis e são divididos entre os principais que são a razão de ser de uma organização e os setoriais que correspondem às unidades, e devem ser compatíveis entre si e na direção do objetivo principal. Para colocar em prática os objetivos e alcançarem as metas, as empresas utilizam de planos, que são instrumentos que possibilitam de forma concreta as ações, “sendo que esse deve ser desenvolvido pela empresa e não para a empresa. Se não for respeitado esse aspecto têm-se planos inadequados para a empresa, bem como níveis de resistência e de descrédito efetivos para sua implantação.” (Oliveira, 2015, p. 03)

“Um desafio que se coloca de imediato, ao se debruçar sobre a tarefa de planejar, é o de realizar um esforço de imaginação do futuro. Não deve haver sombra de dúvida quanto ao fato de que o planejamento necessita ser referenciado por uma reflexão prévia sobre os desdobramentos do quadro atual - ou seja, por um esforço de prognóstico. Não há ação, muito

menos ação coletiva coordenada, que possa prescindir disso. Descurar indiferenciadamente a importância do planejamento, alegando, dentre outras coisas, que não se pode prever o futuro, trai uma irresponsabilidade típica da atitude livresca e diletante, em que o comprometimento com a ação transformadora é, quando muito, puramente retórico.” (Souza, 2002, 45-46).

1.2. Gestão Pública

A gestão, e ou administração, pública tem como finalidade o bem comum, descrito na Constituição Federal, se ajustando aos projetos e às políticas governamentais. A lei a divide em direta e indireta, sendo que a direta é formada por União, Estados, Distrito Federal e municípios, enquanto a indireta engloba as autarquias, as sociedades de economia mista, as fundações públicas e as empresas públicas. A diferença principal entre a Gestão Pública e a Privada está na própria finalidade, cujo foco é o bem comum para uma e o lucro, para outra respectivamente.

Administrar é gerir interesses, dessa forma a administração pública é a gestão de bens e interesses da comunidade, visando ao bem comum. Segundo Meirelles (2000), a administração pública, assim como diversas organizações, geram produtos e serviços que são disponibilizados à população, por serem bens e serviços focados nos benefícios de interesse comuns é que leva essa denominação.

“Os princípios básicos da administração pública estão consubstancialmente em doze regras de observância permanente e obrigatória para o bom administrador: legalidade, moralidade, impessoalidade ou finalidade, publicidade, eficiência, razoabilidade, proporcionalidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, motivação e supremacia do interesse público. Os cinco primeiros estão expressamente previstos no art.

37, caput, da CF de 1988; e os demais, embora não mencionados, decorrem do nosso regime político, tanto que, ao daqueles, foram textualmente enumerados pelo art. 2º da Lei federal 9.784, de 29/01/1999.” (Meirelles, 2000, p.81).

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 37, aborda “a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência” (Brasil, 1988). Assim como nas organizações privadas, a gestão pública deve ter planejamento e políticas para nortear as decisões acertadas ao bem comum, a grande diferença é que no setor público o planejamento são, usualmente, implementados no prazo do mandato, com planos anuais de gastos com base em políticas públicas novas ou já preestabelecidas por programas federais, estaduais ou municipais.

A Constituição de 88 fundamentou a participação da sociedade na gestão públicas, nascendo desde então os conselhos, o orçamento participativo, entre outros mecanismos constitucionais. Nos anos 1990 leis e políticas, federais e estaduais, institucionalizaram a transferência de competências para os governos locais, cada vez mais os governos municipais assumem maior autonomia na gestão das políticas públicas. Espera-se que tal processo possibilite o exercício da democracia e a afirmação do cidadão nas decisões, permitindo maior contribuição nas políticas públicas, pois a priori, a representatividade torna-se maior no âmbito das municipalidades.

Segundo Pinho e Sacramento (2009), a descentralização deve proporcionar maior transparência dos governos e fortalecer a democracia no poder local, destacando-se o processo de elaboração do orçamento participativo (OP), a criação de conselhos municipais para acompanhar a aplicação dos recursos recebidos, e obrigatoriedade de tornar público e

acessíveis todas as contas dos setores públicos, regulamentada pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Cumprе salientar que ainda que existam críticas, decorrente da fragilidade desses conselhos, onde muitos se limitam a sua criação para viabilizar o recebimento dos recursos, com participação pouco efetiva e com conselheiros escolhidos pela proximidade aos gestores, o passo institucional já foi dado e este pode vir a ser aperfeiçoado ao longo do processo histórico.

1.3. Políticas Públicas, Definições e Histórico.

É importante ressaltar a diferença entre Estado e Governo. Segundo Hofling (2001, p.31) “é possível se considerar Estado como o conjunto de instituições permanentes – como órgão legislativo (...) que possibilitam a ação do governo; e Governo, como o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (...) propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período”. Ainda, dentro dessa compreensão, o Estado procede como um regulador, para manter as relações capitalistas, e desta forma a política pública seria entendida como as responsabilidades do Estado.

Como matéria acadêmica, a política pública, nasce nos Estados Unidos da América, onde não estabelece relações com as teorias acerca do papel do Estado, mas sobre as ações dos governos. Conforme Souza (2006), a disciplina surge como subárea da ciência política, que pode seguir três caminhos, sendo eles:

“O primeiro, seguindo a tradição de Madison, cético da natureza humana, focalizava o estudo das instituições,

consideradas fundamentais para limitar a tirania e as paixões inerentes à natureza humana. O segundo caminho seguiu a tradição de Paine e Tocqueville, que viam, nas organizações locais, a virtude cívica para promover o “bom” governo. O terceiro caminho foi o das políticas públicas como um ramo da ciência política para entender como e porque os governos optam por determinadas ações”. (Souza, 2006, pp. 20-45).

São considerados com os “pais” das políticas públicas Laswell, Simon, Lindblom e Easton. Que introduziram a análise das políticas públicas, como forma de estabelecer diálogo entre cientistas e grupos de interesses governamentais, incorporou o conceito de racionalidade limitada, sendo considerada a racionalidade das decisões públicas sempre limitadas por falta de informação, ou informações incompletas, assim como tempo para tomada de decisão e interesses próprios.

Também propuseram a inclusão de outras nuances como, as relações de poder e as diferentes fases decisórias, por esses motivos que a política pública deve considerar variáveis, particularmente, o papel das eleições, as burocracias e os interesses dos partidos e de grupos de interesses. Por fim contribuíram definindo política pública como um sistema, onde as influencias partidárias, da mídia e dos grupos de interesses, nos seus resultados e efeitos.

Nas ações governamentais, a política pública, pode ser definida como os trabalhos realizados pelos governos, que influenciam a vida da população. Outras definições destacam a política pública na solução de problemas, mas por enfatizarem sempre o papel dos governos, subestimam as possibilidades de cooperação com instituições e grupos sociais.

“As políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí por que qualquer teoria da política pública

precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade. Tal é também a razão pela quais pesquisadores de tantas disciplinas partilham um interesse comum na área e têm contribuído para avanços teóricos e empíricos.” (Souza, 2006, pp. 20-45).

1.3.1. Modelos de Políticas Públicas

Compreendido no campo das políticas públicas, há modelos que nos ajudam a compreender os motivos pelos quais algumas medidas foram tomadas. Para Souza (2006, p. 28), quando se refere à Lowi, a política pública existe de quatro formas, a primeira é política distributiva, onde as tomadas de decisões desconsideram os recursos limitados, gera impactos individuais e não universais, privilegiando determinados grupos ou região, em detrimento do todo. O segundo é das políticas regulatórias, que envolve a burocracia, os políticos e grupos de interesse. O terceiro é das políticas redistributivas, que abrangem maior número de pessoas, mas gera perdas concretas e no curto prazo para certos grupos e ganhos incertos e futuro para outros. Por fim o quarto é das políticas construtivas, que lidam com procedimentos.

Ainda existe a política incremental, que descreve que os recursos não partem do zero, mas de decisões incrementais que desconsideram as mudanças políticas, sendo pouco substantivas (Souza, 2006, p. 20-45). Mas é desse incrementalismo que decisões passadas constroem e limitam os governos a adotar novas políticas públicas ou remodelar as rotas das atuais políticas. O modelo “garbage can”, ou lata de lixo, constitui-se de vários problemas e poucas soluções e as organizações são de forma anárquica, compondo ideias com pouca consistência, um sistema de tentativas e erros, onde as problemáticas são colocadas à medida que eles aparecem.

Já o “novo gerencialíssimo público”, é política pública voltada para eficiência, vista como o objetivo, aliada à credibilidade a delegação de responsabilidade a instituições “independentes”, priorizando a eficiência e a racionalidade das políticas públicas, com objetivo de alcançar a desregulamentação, focarem nas reformas do sistema social, no intuito de diminuir os riscos da ação coletiva” (Souza, 2006, p. 20-45).

A credibilidade também passou a ser fundamental, pois se entende que as discricionariedades das decisões políticas seriam minimizadas, delegando poder as instituições bem estruturadas e “independentes” do jogo político distante das influências eleitorais. Nos Estados Unidos foi Robert McNamara estimulou a criação da RAND (Research And Development) Corporation, organização não governamental financiada por recursos públicos.

RAND Corporation, uma corporação sem fins lucrativos, fundada em 14 de maio de 1948 na Califórnia, no intuito de conectar o planejamento militar com decisões de pesquisa e desenvolvimento de tecnologia para a guerra. A RAND trabalha de forma não partidária, com análise rigorosa e baseada em fatos, com apoio de uma equipe de pesquisadores compromissada não apenas com seus intelectuais individualmente, mas com a cooperação interdisciplinar.

A RAND ajuda a tomada de decisões baseadas na melhor informação disponível, baseadas nos resultados alimentados pelos melhores dados, os métodos mais fortes e as mentes mais brilhantes. A equipe conta com aproximadamente 1.050 pesquisadores de disciplinas distintas nas áreas de estudo, sendo que mais da metade tem um ou mais doutorados e 37% tem ao menos um mestrado. Independentemente do patrocinador, a pesquisa é revisada pelos especialistas de dentro e fora da RAND.

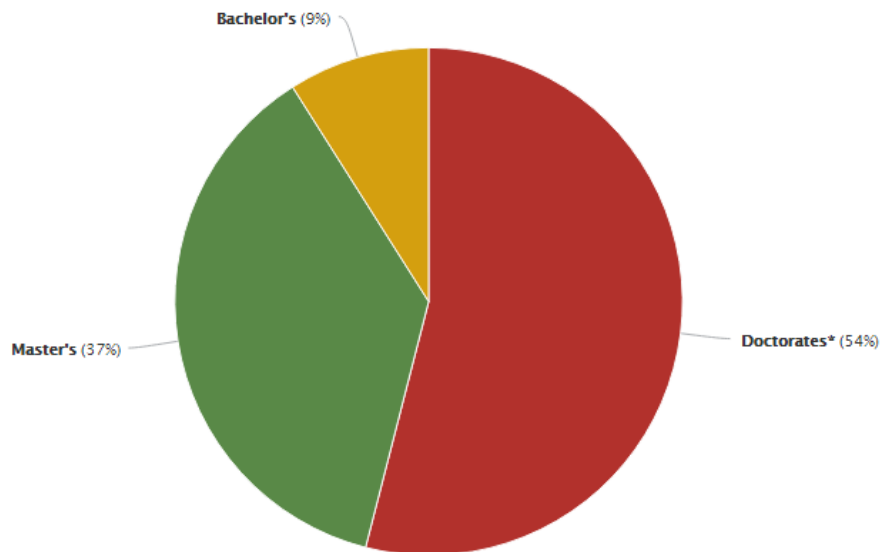


Figura 03. Demonstrativo de nível de conhecimento da equipe da RAND.
Fonte: site da RAND Corporation (2017).

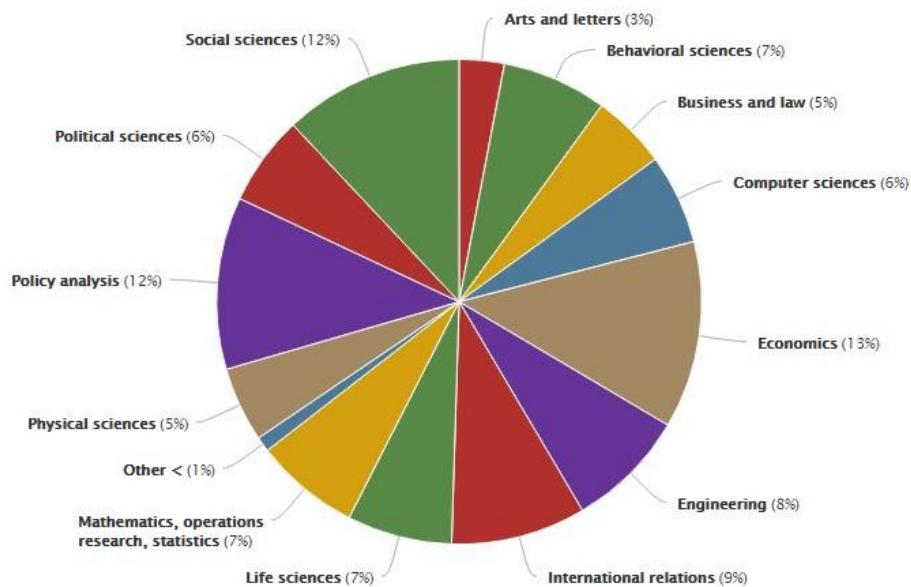


Figura 04. Diversidade de conhecimento da equipe da RAND.
Fonte: site da RAND Corporation (2017).

A transparência é uma premissa da organização o que reitera o objetivo de atingir o bem público e que seja entendido por tantas pessoas quanto possível, não apenas por outros especialistas e acadêmicos. Apesar de ter surgido com fins de pesquisa militares, hoje a

RAND, atua em diversas áreas como, educação e artes, energia e meio ambiente, saúde, infraestrutura e transporte, direito e negócios, ciência e tecnologia e outras. A organização também ampliou seus estudos e trabalhos para além do território norte americano, abrangendo hoje a 49 países entre a América do Norte, Europa e Austrália.



Figura 05. Mapa mundial com localidades de atuação da RAND.

Fonte: site da RAND Corporation (2017).

No Brasil existem poucos exemplos de “delegação de poder”, mas podemos citar os conselhos comunitários, na área social, o orçamento participativo e mais recentemente os institutos ou agencias de desenvolvimento e planejamento urbano, que podem ser uma organização civil de interesse público, ou mesmo uma autarquia, com intuito de envolver-se em projetos e pesquisas voltadas para interesses coletivos, além da produção e divulgação de conhecimentos técnicos e científicos.

É exemplo de autarquia o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), criado em dezembro de 1965, diretamente ligado ao poder Executivo.

O IPPUC foi criado, sendo composto por um Conselho Deliberativo e uma Diretoria Executiva. O conselho, presidido pelo prefeito, era constituído por 14 membros, já a Diretoria Executiva era composta por quatro supervisões e duas secretarias. Dentre suas atribuições, definidas pela Lei 2.660/1965, estavam:

- Elaborar e encaminhar ao executivo anteprojeto de lei, fixando o Plano Urbanístico de Curitiba;
- Promover estudos e pesquisas para o planejamento integrado do desenvolvimento do município de Curitiba;
- Apreciar projetos de lei ou medidas administrativas que possam ter repercussão no desenvolvimento do município;
- Criar condições de implantação e de continuidade que permitam uma adaptação constante dos planos setoriais e globais às realidades dinâmicas do desenvolvimento municipal;
- Coordenar o planejamento local com as diretrizes do planejamento regional e estadual.

As atribuições do IPPUC são ampliadas em 1991 por meio da Lei 7.671, passando a elaborar os orçamentos plurianual e anual de investimentos da prefeitura, bem como a acompanhar as metas físico-financeiras dos programas e projetos, em 2004, através da Lei 11.266, o Plano Diretor de Curitiba é adequado ao Estatuto da Cidade, instituindo novos instrumentos regulamentados e reforçando que o processo de planejamento deve ser integrado, participativo e permanente.

Em 2007, a Lei 12.579 cria o Conselho da Cidade de Curitiba (CONCITIBA), órgão colegiado municipal vinculado ao IPPUC por linha de tutela e subordinação. Cabe

ao CONCITIBA, em especial: propor, acompanhar, fiscalizar e avaliar a implementação do Plano Diretor assim como dos planos, projetos e programas de desenvolvimento urbano dele decorrentes.

1.3.2. Política Pública de Desenvolvimento Urbano

“Podemos definir o desenvolvimento urbano como a melhoria das condições materiais e subjetivas de vida nas cidades, com a diminuição da desigualdade social e garantia de sustentabilidade ambiental, social e econômica. Ao lado da dimensão quantitativa da infraestrutura, dos serviços e dos equipamentos urbanos, o desenvolvimento urbano envolve também uma ampliação da expressão social, cultural e política do indivíduo e da coletividade, em contraponto aos preconceitos, a segregação, a discriminação, ao clientelismo e a cooptação.” (Ministério das Cidades, 2004).

A Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – PNDU foi introduzida em 2003 pelo Ministério das Cidades, órgão criado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que veio em resposta a importância de se planejar os territórios urbanos. Atualmente no Brasil mais de 83% da população, de acordo com IBGE (2010), vivem em área urbana, cidades que na sua maioria apresentam carência em infraestrutura, saneamento, meio ambiente, habitação e mobilidade urbana.

Não se trata aqui de gerir políticas sociais em geral, mas daquelas que estão ligadas ao ambiente urbano, do espaço socialmente construído, que geram impacto na vida da população. Para alguns a cidade é palco de acontecimentos sociais e políticos, um espaço para o exercício do poder, para a PNDU, a cidade é uma ferramenta eficaz para gerar empregos e renda e produzir desenvolvimento econômico.

No Brasil a produção de infraestrutura urbana não tem tradição, o investimento existente é insuficiente para o desenvolvimento social e, conseqüentemente, para promover o desenvolvimento urbano. Segundo o Ministério das Cidades, o país cresceu em média 7% ao ano entre 1940 e 1980, resultando em uma herança de cidades com desigualdades sociais marcantes para atual geração.

Na maioria dos municípios, o acesso aos recursos federais se dava através de relações de tutela e clientelismo, ao custo de numerosas intermediações políticas. Os projetos isolados de municípios e estados se submetiam unicamente ao crivo de bancos federais – como Caixa Econômica e BNDES.

Também por esses motivos que a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano vislumbrou nas Parcerias Público-Privadas – PPPs, definida pela Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, uma forma de ampliar os investimentos. As PPPs podem constituir uma alternativa importante de financiamento da infraestrutura em transportes, saneamento e habitação. Esses recursos vêm a complementar o papel do poder público, compartilhando as responsabilidades de atender à população mais vulnerável, com a sociedade e as empresas de forma a viabilizar o crescimento e ordenamento das cidades para que elas atinjam com eficiência a sua função.

“Embora não se tenha elementos para uma análise completa das estruturas de governança metropolitana, (...) consideramos que o exame das estruturas de governo voltadas para gestão metropolitana permite apreender os grandes traços das estruturas de governança e sua capacidade para resolver problemas comuns aos municípios metropolitanos” Pinto (2007, p. 90).

Em relatório sobre governança metropolitana, a OCDE destaca, entre os entraves a superar, a desintegração administrativa, resultando a desconexão entre as extensões administrativa e funcional, as coerções sobre a capacidade fiscal e financeira dos constituintes de regiões metropolitanas e a insuficiência de transparência nas decisões e responsabilização dos impactos das ações decorrente.

Em Hipótese “o relacionamento entre governos locais é elemento fundamental na construção de estruturas de governança e busca identificar as condições para a cooperação entre governos locais visando a solução de problemas comuns. (...), não apenas as instancias de governo local, mas também as organizações voluntárias, as sem fins lucrativo e as privadas, além das relações intergovenamentais.” Pinto (2007, p. 65-68).

1.4. Gestão Urbana

A gestão urbana é conceito de compreensão, deliberação e intervenção que se desenvolve no espaço em função do conflito das relações de grupos, abrangendo os aspectos sociais e relações políticas e econômicas, cujos elementos influenciadores se compõem historicamente no território e fora dele.

De acordo com Pires (1988, p. 02-06) a gestão urbana também não é um sistema, nem um processo que se restrinja a formação social, ou se constitui num conjunto de práticas para reproduzir a infraestrutura ou a base econômica e material da sociedade capitalista.

Nesse sentido, a expressão gestão urbana, acima desenvolvida, se aproxima de conceitos que demonstram ser “política-administrativa, conduzida por diferentes interesses e agentes políticos presentes no momento da tomada de decisão”, mas não se deve conceber apenas como “um conjunto de atividades prioritárias, definição de metas,

alocação de recursos, ... para o planejamento e funções operacionais.” (WELLAR, 1976, p.9)

Segundo Wilhelm (1982, p.137), é preciso estabelecer a diferença entre os significados dos termos "governar" e "administrar" para definir o conceito de gestão com mais propriedade, segundo o autor "governar" é mais do que administrar; significa interpretar anseios da população, e abrange a proposição de metas socialmente desejáveis, ecologicamente prudentes e economicamente viáveis; constitui estabelecer estratégias políticas apontando para essas metas, articulando e negociando com diversos agentes sociais, a fim de conduzir transformações urbanas ao longo dos vetores citados. Já "administrar" significa articular o recurso humano, financeiro e informativo de que se dispõe, a fim de maximizar a eficiência e produzir a eficácia necessária para a estratégia estabelecida em sua ação de governar.

Já o Planejamento Urbano é uma matéria que se interliga e confunde-se muito com o Urbanismo, de fato elas são correlatas e diretamente ligadas ao arquiteto urbanista, contudo o Urbanismo é o ato de projetar um determinado espaço, sendo um trabalho do arquiteto urbanista. Enquanto o Planejamento Urbano é uma tarefa multidisciplinar que contempla em seus estudos o urbanismo e seus traçados, assim como a sociologia, antropologia entre outros fatores que interfira diretamente na sociedade onde ele será aplicado. Entretanto as questões das relações entre a sociedade e o desenho proposto para a cidade parece aproximar o conceito de urbanismo ao de planejamento urbano.

O planejamento urbano é ato de planejar, onde expressa a cidade desejada em um plano, assim como o plano diretor municipal e as leis de uso e ocupação do solo. Já o urbanismo é o ato de ordenar estruturalmente, de construir, de revitalizar, partindo de um

projeto gráfico, claro e seguindo o que planejamento vislumbrou. Paralelamente existe a gestão urbana, que é a responsável pelas decisões de quando planejar-se ou urbanizar-se. É função da gestão a responsabilidade de executar o planejado e salvaguardar o que foi implantado.

De fato o urbanismo está mais vinculado à técnica da engenharia e da arquitetura para efetivação “da obra” que foi preestabelecido pelo planejamento. No caso do planejamento urbano, a equipe de profissionais requerida é multidisciplinar, no urbanismo valoriza-se a função do arquiteto urbanista, apoiado por profissionais das diversas engenharias. Para Herzog (2013):

“O planejamento e projeto devem ser desenvolvido por equipes multi, inter e transdisciplinares que possuam visão sistêmica e as necessárias competências técnicas. Mas é preciso haver transparência e participação de todos os atores do processo – o que inclui ONG’s (organizações não governamentais), academias (universidades e pesquisadores), representante dos diversos grupos interessados (moradores, comércio, proprietário de imóveis, empreendedores, etc.), juntamente com os representantes técnicos dos setores que compõem a administração municipal, regional e estadual”. (p.148).

1.4.1. Planejamento urbano

Muitos Historiadores consideram como pai do planejamento urbano o grego Hippodamus, por suas ideias de uso ideal do solo, da localização das vias e edifício, já aos mulçumanos são creditadas a criação de zoneamento, que estipulam as áreas ideais para comércio, residência, lazer, indústria, etc.

Considera-se que o surgimento do planejamento urbano está atrelado às sociedades industriais avançadas e ao agravamento dos "problemas urbanos, isto é, processos sociais de consumo coletivo" (Castells, 1984, p.209-210) ocasionado pela alta demanda de mão de obra, que impulsionaram o êxodo rural, de forma a superlotar as cidades e consequentemente torna-las mais sujas e barulhentas.

Ainda, segundo Corbusier (2017, p. 25-26) com o surgimento das máquinas no século XIX os costumes foram modificados, assim a economia e a sociedade não pararam de sofrer transformações, como a velocidade da transmissão de informações e locomoção das pessoas que passaram do passo dos animais a grandes velocidades dos carros, navios e aviões.

“O conhecimento assume, doravante, formas inauditas, por vezes reveladoras, particularizadas, multiplicadas e desdobradas, assumindo a força do absoluto – o documento. Ao mesmo tempo, ele se democratiza, propagando indefinidamente pela mecânica, sem mais limites ou respeito pelas castas preexistentes. Durante milênios, o homem vivera no seio de um universo incluído num raio de quinze a vinte quilômetros em torno de seu domicílio; hoje porém, por meio da visão e da leitura, o mundo todo se lhe tornou acessível.” (Corbusier, 2017, p. 26).

A eletricidade superou a noite, trazendo para as cidades mais atrativos deslumbrantes, viabilizou as máquinas, tornando a dinâmica das indústrias, assim como as relações comerciais menos interpessoais, “aquele que consome hoje não conhece quem produziu.” (Corbusier, 2017, p. 27). Na arquitetura novas técnicas surgiram trazendo dinâmica, velocidade e novas soluções para os problemas de espaços na cidade, possibilitando recursos à urbanização das cidades.

Naquela época, os movimentos que emergiam ainda não tinham um conceito de urbanismo aprimorado, e nem o mesmo era considerado como uma área do conhecimento ou ciência de organização dos espaços urbanos, mas houve uma grande discussão em diversas áreas do conhecimento na busca por soluções para estes chamados “problemas urbanos”, onde surgiram vários modelos de desenvolvimento urbano, a exemplo das ideias de Fourier, com o falanstério, de Howard que idealizava a Cidade-jardim, e de Tony Garnier, com a teoria da cidade industrial (Choay, 1965).

Para Corbusier, a altura alcançada pelas novas tecnologias, aço e concreto armado, solucionou alguns dos problemas da cidade moderna, possibilitando o equilíbrio das condições naturais, a separação dos transeuntes e dos automóveis, a possibilidade dos “prolongamentos do lar”. Assim um urbanismo renasceu de um esquecimento desastroso e, junto com a arquitetura, fez ressurgir uma ciência diretamente ligada à própria vida de uma sociedade, que colocou os homens “nas condições mais favoráveis de vida, tanto no aspecto físico quanto no sensível.” (Corbusier 2017, p. 34).

Em 1928, foi fundando os C.I.A.M. (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna), consagrando discussões sobre o urbanismo. Em 1943 foi publicada a “La Charte d’Athènes” (A Carta de Atenas), que foi o resultado das discussões sobre o urbanismo no IV Congresso Internacional, que aconteceu em 1933.

A Carta descreve um “Urbanismo Racionalista”, tendo como principais referências a necessidade de planejamento regional e infraestrutura urbana, a inserção do zoneamento, utilizando-se da estruturação de usos em espaços distintos, a “utilização” da propriedade privada aos interesses coletivos, a verticalização dos edifícios imersos em amplas áreas verdes, a industrialização dos componentes e a padronização das construções. Além de

posicionarem o Estado e a administração pública como mecanismos imparciais que ajustariam suas ações em prol da “racionalidade” do conhecimento técnico e científico.

Os problemas da cidade assumem ainda outras vertentes de pensamento, constituídas por pensadores políticos trazendo o debate quanto aos problemas de higiene e da habitação. Alguns destes pensadores, Marx e Engels, analisaram estes problemas dentro de uma lógica referente à ordem econômica e social para a organização do espaço urbano, não associada à lógica do desenvolvimento da economia, mas a concentração do capital gerado pelas classes dominantes.

O Urbanismo passou a ter o anseio com o estudo relacionado à cidade e a sociedade que nela vive, e da cidade imersa num contexto regional e global, tendo seu espaço como resultante de mutações sociais, políticas e econômicas do mundo capitalista, inclusive do papel do Estado e de outros agentes que atuam no espaço urbano, as empresas, as instituições e é claro a população, abrangendo ainda a questão da sustentabilidade socioambiental.

Percebe-se então que Urbanismo suplantou a esfera do ordenamento morfológico, não se atendo a técnica da arquitetura e da engenharia. Ele incidiria no campo da comunidade, do planejamento social, pois a cidade reflete o estado da sociedade, devendo basear-se sempre na melhoria das condições de vida aos habitantes.

No Brasil muitos estudiosos apenas consideram o Urbanismo como mera seção integrante da Arquitetura ou “Arquitetura-Urbanismo” e o restringiram muitas vezes a projetos arquitetônicos em grande escala. Maricato (2000) diz que:

“O urbanismo brasileiro (entendido aqui como planejamento e regulação urbanística) não tem comprometimento com a

realidade concreta, mas com uma ordem que diz respeito a uma parte da cidade, apenas. Podemos dizer que se trata de ideias fora do lugar porque, pretensamente, a ordem se refere a todos os indivíduos, de acordo com os princípios do modernismo ou da racionalidade burguesa. Mas também podemos dizer que as ideias estão no lugar por isso mesmo: porque elas se aplicam a uma parcela da sociedade reafirmando e reproduzindo desigualdades e privilégios.” (p. 112).

A influência da abertura da indústria de veículos modificou a forma e a qualidade de vida nas cidades brasileira na segunda metade do século XX, e a urbanização passou a privilegiar a circulação dos carros particulares. A combinação dessa industrialização e entrada de capitais estrangeiros levou à transformação das paisagens urbanas, e por falta de planejamento e urbanismo adequado e eficaz, que a população mais carente apossou-se de áreas vulneráveis e inadequadas à vida.

Já em contrapartida o mercado imobiliário se expandiu para as áreas mais atraentes, estruturando-as, mas mesmo assim ocupando áreas que deveriam, em alguns casos, serem preservadas. O urbanismo passou a atender as especulações e não só as técnicas da arquitetura e engenharias, de forma a não resguardar a natureza onde seria implantada, nem seus relevos e nem tão pouco sua preservação, colocando os automóveis e o lucro a cima das pessoas e da natureza.

1.4.2. As Cidades e a sua importância para gestão pública no Brasil.

A maioria da população mundial vive nas cidades, segundo Herzog (2013), 50% da população é urbana, pois possuem grande atrativo, ofertas de emprego, e pelo simples fato de que o ser humano gosta e precisa da convivência, para seu crescimento e troca de afeto.

Ainda sobre Herzog (2013, p.59) “a cidade é o habitat humano por excelência, é um ambiente dinâmico em permanente transformação”.

Grandes mudanças ocorreram nas últimas décadas, principalmente no que diz respeito ao interior das cidades desencadeando problemas de gestão do território e de diferentes manifestações de poder. De acordo com Vieira e Vieira (2003) “a urbanização é, pois, uma articulação espacial entre a população e as atividades dinamizadas, enquanto que a cidade é um espaço social, econômico e cultural caracterizado pelos diferentes modos de vida.” (p.129)

O crescimento da urbanização no Brasil, assim como suas demandas de estrutura e serviços não conseguem ser acompanhadas pelos poderes públicos. Nos últimos anos vivencia-se um crescimento populacional e “estrutural” acelerado, como também é caso e Luís Eduardo Magalhães, mas que não é comportado pelas demandas públicas de infraestrutura, saúde, educação e segurança.

Na formação do território, o planejamento e gestão vêm ganhando várias dimensões, Correa (1987) salienta que a cada “fase da história e nas diferentes formações sócio espaciais, há modelos distintos de gestão do território, cada um incluindo repostas diferenciadas e combinadas às questões, por quê? Quando? Para quem? Como? E onde? Dar conta dos diferentes modelos de gestão do território significa dar conta daquela dimensão fundamental para o entendimento da realidade social” (p.09). No Brasil, destacasse o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano-PDDU, como instrumento de política urbana, que foi instituído pela Constituição de 1988 e reforçado, ampliado pelo Estatuto da Cidade em 2001.

O PDDU mesmo sendo obrigatório, muitas vezes, não alcança a sua funcionalidade, uma vez que é sobreposto pelos interesses políticos e empresariais além de ser absorvido, apenas, como uma lei para ordenar o parcelamento e uso do solo, que também é subjugado pelo poder público, de acordo com interesses políticos e privados. Em suma, as leis de ordenamento do território, são muito importantes e existem para organizar e assegurar a salubridade urbana, mas não é executada e atribuída a devida importância. Subestimam-se as funções do PDDU, que de fato vão além de ditar regras para o parcelamento do solo e uso e ocupação do mesmo, ele também orienta e desenvolve a sociedade em geral, sua saúde, segurança, educação, meio ambiente, infraestrutura, enfim, sua vivência como um todo.

Borja e Castells (2000, p.13) sustentam “que a urbanização se refere à articulação espacial contínua ou descontínua, de população e suas atividades. Em câmbio, a cidade, tanto na tradição da sociologia urbana como na consciência dos cidadãos em todo mundo, implica em sistema específico de relações sociais, de cultura e, sobretudo, de instituições políticas de autogoverno”. O problema a se resolver hoje não é somente habitacional e de serviços básicos, mas de se fazer cidade, e para isso demanda-se ser eficaz nas demandas de gerar trabalho, consequentemente empregos, de dar segurança, possibilitar sentido à vida urbana e ser “sustentável”.

“As cidades e as cidades-zonas pressupõem-se como espacialidades organizadas para a dignidade do convívio humano. Mas isso não acontece; a territorialidade das cidades nem sempre é ocupada de modo planejado e de acordo com as necessidades (...) Ao contrário, a expansão urbana sobre o território é caótica resultado das desigualdades sociais, e não obedecendo a um ordenamento territorial com suporte no planejamento.” (Vieira e Vieira, 2003, p.133).

A busca por habitação acaba gerando o uso e ocupação do solo de forma inadequada e indisciplinado, os espaços vão sendo apenas ocupados, ocupando morros, área alagáveis, áreas de preservação ambiental e até mesmo locais impróprios a habitação humana. A instalação urbana sem um planejamento pode acarretar crises administrativas, já que se perde o controle, e os problemas aparecem nos diversos ramos, não apenas na esfera do urbanismo, mas na segurança, na saúde, na educação e no saneamento público, tornando a sociedade insegura, acentuando a desigualdade social e transformando o território desfavorável a investimento privado, acarretando na diminuição de oferta de trabalho ou, até mesmo, no crescimento de desemprego.

A expansão urbana pode surgir pelo crescimento demográfico ou simplesmente pela especulação imobiliária, com criação de loteamentos. Independente do motivo cabe ao poder público, executivo ou legislativo, planejar e ordenar esse crescimento, ato que minimizaria a tarefa, custos e conflitos de reordenar áreas de expansão não planejadas, e até mesmo na área da saúde, infraestrutura e segurança.

Muitas expansões urbanas obtiveram projeto urbano e até mesmo aprovações para sua existência, mas não foram planejados nem pelos investidores e nem tão pouco pelo poder público, eles simplesmente existem. Infelizmente os profissionais e empreendedores não consideram a riqueza e o desenho natural do espaço, preferindo soluções mais simplistas e de menor custo.

Ainda para Vieira e Vieira (2003, p.134) “somente o poder político empreendedor e o poder social compartilhado podem implementar programas que habilitem e viabilizem o reordenamento das áreas ocupadas e o ordenamento de novas áreas”. Essas iniciativas devem ser complementares a outras vertentes de programas sociais, familiar e estruturais,

auxiliando o acesso da cidade tanto aos habitantes das zonas urbanas quanto das zonas rurais, inibindo desta forma o êxodo rural e capacitando a população, com intuito de baixar os níveis de pobreza, mas não compelindo-a para outro território, pois essa carência, historicamente, é um dos agravantes no processo de urbanização.

“A paisagem urbana passou a ser transformada de maneira ainda mais intensa para dar lugar à circulação de veículo e expansão do mercado imobiliário. As cidades brasileiras têm sofrido alterações em seu suporte geobiofísico (...). As soluções de engenharia viária e de saneamento tradicional não consideram os processos e fluxos naturais que ocorrem nas paisagens e têm a pretensão de controla-la.” (Herzog, 2013, p.70).

Os investimentos públicos não devem conter-se nas cidades “centro”, mas na totalidade de sua extensão territorial, atentando-se as espacialidades, as suas características e demandas específicas, podendo adotar gestão descentralizadas para melhor análise e viabilidade dos investimentos, assim como nas articulações e desenvolvimento de todo o território, visando também a sustentabilidade e diálogo entre as demandas sociais e naturais. O poder público deve propiciar o equilíbrio entre as demandas sociais, o desenvolvimento econômico, os recursos disponíveis e a expansão sobre a natureza.

“Na economia de consumo neoliberal, planos e projetos tendem a atender aos anseios de uma imagem de marca (branding) de cidade, que possa ser “vendida” como um produto no mercado mundial de cidades globalizadas. Para que isso possa acontecer, o objetivo passa a ser criar novas oportunidades de desenvolvimento econômico por meio de imagens urbanas facilmente reconhecíveis como o “seu skyline” ou os seus marcos urbanos com arquitetura autoral”. (Herzog, 2013, p.59).

Para gerir todas essas demandas que existem plataformas como o planejamento estratégico, que visa conduzir ações políticas com base em diagnósticos, estudos, análises, possibilidades e prospectivas que buscam melhores condições sociais, assim com o crescimento e a competitividade econômica da cidade. As cidades podem atingir a harmonia entre paridade social, desenvolvimento econômico e sustentabilidade através do planejamento estratégico, que para Guell (1997) é:

“É uma forma sistemática de manejar a mudança e de criar o melhor futuro possível para cidade. Mais especificamente, o planejamento estratégico é um processo criativo que estabelece as bases de uma atuação integrada de longo prazo, estabelece um sistema contínuo de tomada de decisões que comporta riscos, identifica cursos de ação específicos, formula indicadores de seguimento sobre os resultados e envolve os agentes sociais e econômicos locais durante o processo”. (p.54).

Nós necessitamos da natureza, é essencial, e as cidades precisam e devem oferecer qualidade de vida, proporcionando saúde física, mental e até espiritual para seus habitantes. Precisamos de mais estímulos para viver em comunidade, longe de perigos, de riscos a nossa vida, através de espaços públicos abertos que proporcione integração social e cultural para adultos e crianças. A tecnologia hoje é parte causadora dos conflitos, mas ela faz parte, podendo contribuir também para novas resoluções de problemas, mas ela pode ser utilizada para estimular a integração e a utilização de ambientes onde o enfoque seja a pessoa e a natureza.

Os ecossistemas urbanos têm muita importância, cidades mais amigáveis e seguras, permitem que a vida aconteça nas ruas, praças e espaços públicos em geral, cultivam o sentimento de pertencimento. A influência de como a cidade é vista pode atrair ou repelir

as empresas, que buscam o “apoio” do ambiente em que se inserem no que toca a infraestrutura, segurança, educação e, até mesmo, áreas de convívio. Essa demanda deriva da preocupação de se obter funcionários que proporcionem segurança e estabilidade para empresa e que também busque por essas condições na empresa e consequentemente na cidade.

CAPÍTULO 2 – Município de Luís Eduardo Magalhães

Dentre as 27 unidades federativas brasileiras, o Município de Luís Eduardo Magalhães, pertence ao Estado da Bahia, inserido na região nordeste do país, que faz divisa com oito estados da federação, que são Minas Gerais a, Espírito Santo, Goiás, Tocantins, Piauí, Pernambuco, Alagoas e Sergipe. O município faz parte do cerrado do estado, que incorporou-se recentemente, parte da Região do MATOPIBA, considerada a grande fronteira agrícola nacional da atualidade, que compreende o bioma Cerrado dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia e responde por grande parte da produção brasileira de grãos e fibras.



Figura 06. Mapa do MATOPIBA. (Fonte: Embrapa) (2015)

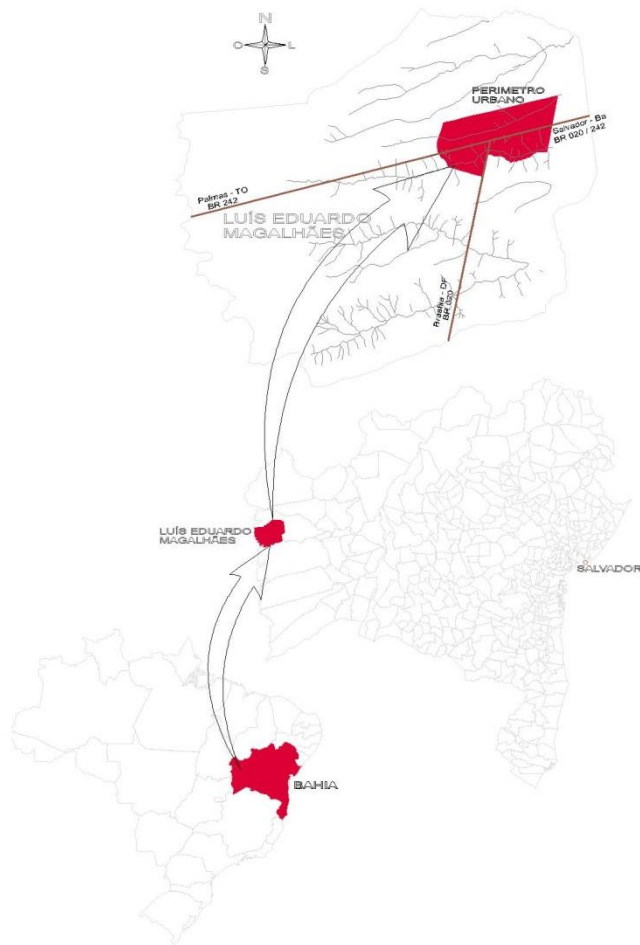


Figura 07. Localização do Município no Território Brasileiro (Fonte: SEPG) (2017)

O Estado da Bahia é a unidade federativa ao qual o Município de Luís Eduardo Magalhães pertence, dividindo-se em sete mesorregiões: Metropolitana de Salvador, Centro-Norte, Centro-Sul, Sul, Vale São Francisco, Nordeste e Extremo Oeste. A Mesorregião integrada por Luís Eduardo Magalhães, juntamente com os Municípios de Baianópolis, Barreiras, Catolândia, Formosa do Rio Preto, Riachão das Neves e São Desiderio é o Extremo Oeste Baiano.

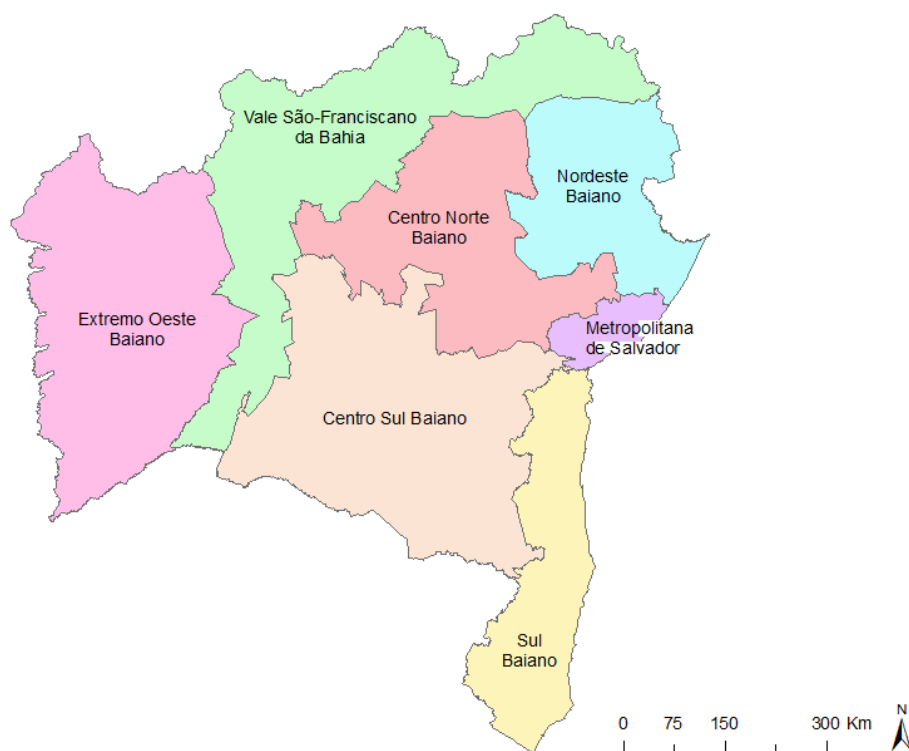


Figura 08. Planta das Mesorregiões do Estado da Bahia (Fonte: IBGE) (2017)

2.1. Aspectos Geográficos, Locacionais e Físico-Territoriais.

O Município de Luís Eduardo Magalhães - LEM está especificamente no entroncamento das BR's 242/020, 990 km do Capital Bahia, Salvador e 540 km da Capital Federal, Brasília. Emancipado no dia 30 de março de 2000, através da Lei nº7.619, sancionada pelo governador César Borges, Luís Eduardo Magalhães tornou-se o 417º município da Bahia. De acordo com o IBGE em 2007 a população estimada era de 44.265 habitantes, apresentando um aumento para 83.557 habitantes segundo IBGE 2017 com uma área de unidade territorial de 4.245,046 Km².

Posição e Extensão Geográfica de Luís Eduardo Magalhães

Área (km²)	3.941,069 km²
Altitude (m)	720 m
Latitude Sul	12° 05' 31"

Longitude Oeste	45° 48' 18"
Densidade Demográfica (hab./km ²)	15,25 hab./km ²
Clima	Tipo AW – Tropical semiúmido
Temperatura média anual	22°C
Temperatura média máxima.....	37°C
Temperatura média mínima	17°C
Precipitação pluviométrica	Média Anual – 1.700mm
Umidade relativa do ar	Média Anual – 70%

Fonte: Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPG) – PMLEM (2017).

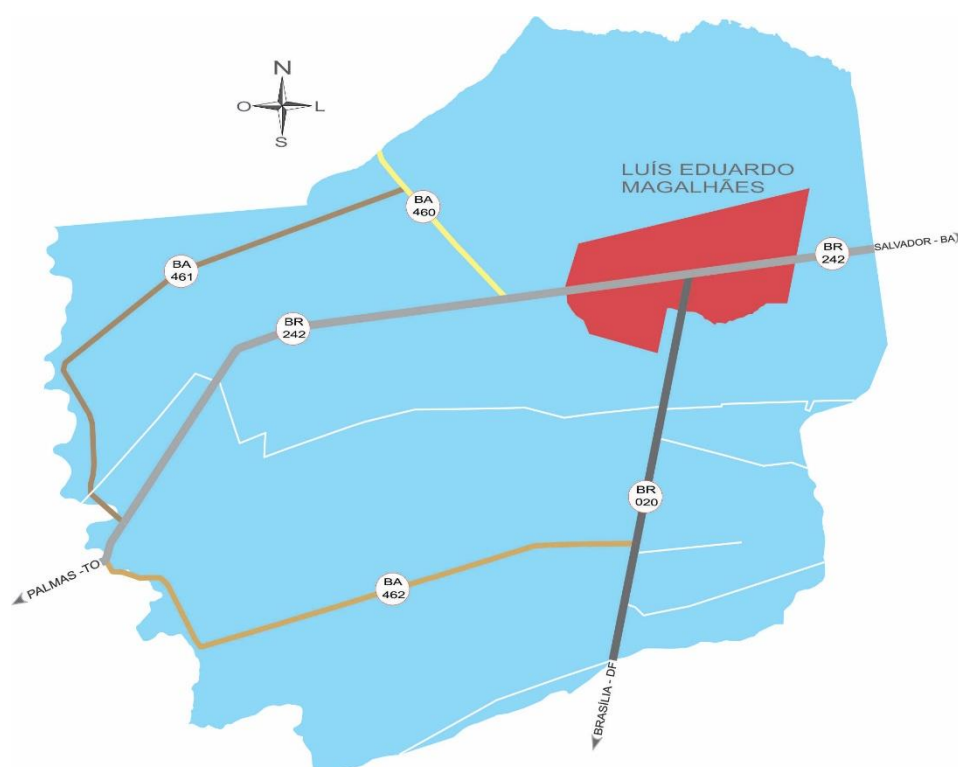


Imagem 04: Mapa com as Rodovias que cortam o Município

Fonte: Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPG)– PMLEM (2017).

2.2. História e Crescimento Territorial do Município

O início a ocupação do território, hoje conhecido como Luís Eduardo Magalhães-BA, foi por volta 1979 com a vinda de agricultores para Oeste da Bahia, em 12 de março de 1984, o então Prefeito Municipal de Barreiras, Baltazarino Araújo Andrade, através do

Decreto 007/1984 aprova o Loteamento Rancho Grande com uma área total de 3.530.099,55 m² divididos em mais de 3.000 lotes residenciais e comerciais.

O posto Mimoso passou a ser um polo aglutinador na região. Foi nas suas imediações que o loteamento Rancho Grande, aprovado posteriormente em 1984 por Mimoso do Oeste, onde começaria a dar forma à futura cidade. Em 03 de dezembro de 1986 o povoado de Mimoso do Oeste é elevado a distrito de Barreiras. Antes mesmo da emancipação, Luís Eduardo Magalhães já contava com mais 06 loteamentos aprovados pela prefeitura de Barreiras, totalizando uma área “urbanizada” de 900 ha subdivididos em mais de 9.000 lotes residenciais e comerciais.

A emancipação foi alvo de muitas críticas como a que afirmava ser a Lei 7.619/00 inconstitucional, em 2007, o Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade da criação do município. O Congresso Nacional avalizou a criação do Município por meio da Emenda Constitucional nº 057/2008, encerrando qualquer discussão.

Após a emancipação do Município foram criadas as Leis de parcelamento do solo, por meio da Lei 055/2001, e código de obras, Lei 068/2001, que foram elaboradas e aprovadas pelo poder legislativo, juntamente com executivo. Apenas em 2007 que o Primeiro Plano Diretor Urbano foi criado pela Lei 255/2007, no dia 14 de junho de 2007, esta lei foi revisada e aprovada no dia 02 de junho de 2017, pela câmara legislativa, por meio da Lei 791/2017.

Nesses quase dezoito anos, a área “urbanizada” passou de 900 ha para mais de 4.300 ha, subdivididos em mais de 62.000 lotes residências, comerciais e industriais, compreendendo os loteamentos, condomínios de lotes e centro industrial.

Eduarda Reis Junqueira Ramos
GESTÃO E PLANEJAMENTO URBANO: O CASO DE LUIS EDUARDO MAGALHÃES

Tabela 01 – Lista de Loteamentos Aprovados – Luís Eduardo Magalhães

Loteamento	Aprovação	Decreto	Pavimentação, Esgoto e Drenagem
Mimoso do Oeste	12/03/1984	Nº 263/1984	Não contempla
Cidade Santa Cruz	01/07/1986	Nº 013/1986	Não contempla
Cidade Santa Cruz II	22/01/1987	Nº 02/1987	Não contempla
Jardim Paraíso	21/11/1988	Nº 263/1988	Não contempla
Chácaras Santa Cruz I e II	29/04/1991	Nº 09/1991	Não contempla
Mimoso do Oeste 2ª Etapa	08/12/1992	Nº 055/1992	Não contempla
TOTAL	6 Loteamentos		Não contempla
Jardim das Acácias	13/08/2001	Nº 129/2001	Não contempla
Jardim Imperial	14/12/2001	Nº 155/2001	Não contempla
Jardim das Acácias II	11/01/2002	Nº 164/2002	Não contempla
Jardim Paraíso II	21/06/2002	Nº 282/2002	Não contempla
Jardim Paraíso III	07/03/2003	Nº 404/2003	Não contempla
Jardim Primavera I	07/03/2003	Nº 405/2003	Não contempla
Jardim das Acácias III	09/05/2003	Nº 429/2003	Não contempla
Chiodi	31/07/2003	Nº 454/2003	Não contempla
JK	31/07/2003	Nº 453/2003	Não contempla
Vereda Tropical	31/07/2003	Nº 455/2003	Não contempla
Aroldo da Cruz	15/07/2004	Nº 610/2004	Não contempla
Lea Cordeiro	15/07/2004	Nº 611/2004	Não contempla
Jardim Primavera II	23/07/2004	Nº 599/2004	Não contempla
Avenida	22/11/2004	Nº 692/2004	Não contempla
Tropical Ville	01/04/2005	Nº 894/2005	Não contempla
Chácaras Rio de Pedras	31/08/2005	Nº 925/2005	Não contempla
Alto da Lagoa	11/11/2005	Nº 925/2005	Não contempla
Jardim das Oliveiras	02/01/2006	Nº 968/2006	Não contempla
Cidade Universitária	18/07/2006	Nº 1014/2006	Não contempla
Jardim Alvorada	06/10/2006	Nº 1033/2006	Não contempla
Novo Paraná	18/06/2007	Nº 1125/2007	Não contempla
Chácaras Comerciais Leste	03/08/2007	Nº 1145/2007	Não contempla
Jardim Ipê	11/10/2007	Nº 1183/2007	Não contempla Drenagem

Eduarda Reis Junqueira Ramos
GESTÃO E PLANEJAMENTO URBANO: O CASO DE LUIS EDUARDO MAGALHÃES

Jardim Ipê (Redimensionamento)	17/01/2008	Nº 1230/2008	Não contempla Drenagem
Cidade Santa Cruz III	29/01/2008	Nº 1231/2008	Não contempla Drenagem
Conquista	26/03/2008	Nº 1259/2008	Não contempla Drenagem
Centro Industrial do Cerrado	20/07/2008	Nº 1293/2008	Não contempla Drenagem
Central Park	19/12/2008	Nº 1397/2008	Não contempla Drenagem
Residencial 90	19/12/2008	Nº 1395/2008	Não contempla Drenagem
Setor M3	19/12/2008	Nº 1396/2008	Não contempla Drenagem
Setor Com. Sul Arnaldo H. Ferreira	24/01/2011	Nº 1977/2011	Não contempla Drenagem
90 Comercial	04/02/2011	Nº 1998/2011	Não contempla Drenagem
Floraís Léa II	22/03/2011	Nº 2053/2003	Contempla
Novo Paraíso	03/11/2011	Nº 2263/2011	Contempla
Conquista II	25/11/2011	Nº 2285/2011	Contempla
Campos Elíseos	04/01/2012	Nº 2320/2011	Contempla
Tropical Ville II	16/02/2012	Nº 2365/2012	Contempla
Cidade Universitária II	05/03/2012	Nº 2374/2012	Contempla
Bairro Independente	17/05/2012	Nº 2.464/2012	Contempla
Alto dos Cerrados	12/06/2012	Nº 2478/2012	Contempla
Boa Vista	14/06/2012	Nº 2490/2012	Contempla
Parque São José	29/06/2012	Nº 2504/2012	Contempla
Luar dos Cerrado	23/07/2012	Nº 2526/2012	Contempla
Cidade Alta	30/07/2012	Nº 2530/2012	Contempla
Luar do Oeste	27/08/2012	Nº 2562/2012	Contempla
Bosque dos Girassóis 01	07/11/2012	Nº 2629/2012	Contempla
Jardim Sol Nascente	02/12/2012	Nº 2300/2011	Contempla
Jardim das Oliveiras (redimensionamento)	15/01/2013	Nº 2689/2013	Contempla
Jardim das Oliveiras 2ª Fase	15/01/2013	Nº 2690/2013	Contempla
Jardim das Oliveiras 3ª Fase	15/01/2013	Nº 2691/2013	Contempla
Cidade do Automóvel	08/04/2013	Nº 2760/2013	Contempla
Novo Paraíso II	29/04/2013	Nº 2794/2013	Contempla
Solar Santa Cruz 1ª	14/10/2013	Nº 3003/2013	Contempla

Eduarda Reis Junqueira Ramos
GESTÃO E PLANEJAMENTO URBANO: O CASO DE LUIS EDUARDO MAGALHÃES

Etapa(MCMV)			
Vista Alegre (MCMV)	17/03/2014	Nº 3.184/2014	Contempla
Jardim Alvorada (Redimensionamento)	14/05/2014	Nº 3259/2014	Contempla
Sol do Cerrado (MCMV)	13/09/2014	Nº 3.427/2014	Contempla
Floraís Léa III	16/10/2014	Nº 3.467/2014	Contempla
Bosque dos Girassóis 02	11/03/2015	Nº 3.637/2015	Contempla
Jardim Europa	26/05/2015	Nº 3.730/2015	Contempla
Top Park	12/11/2015	Nº 3.862/2015	Contempla
Solar dos Buritis (MCMV)	18/11/2015	Nº 3.874/2015	Contempla
Solar do Oeste	18/11/2015	Nº 3.874/2015	Contempla
Jardim do Bem	22/02/2016	Nº 3959/2016	Contempla
Nova Brasília I	31/03/2016	Nº 3996/2016	Contempla
Parque Oeste	20/05/2016	Nº 4052/2016	Contempla
Dom Laurindo	01/12/2016	Nº 4190/2016	Contempla
Sol Nascente II	15/12/2016	Nº 4204/2016	Contempla
TOTAL		64 Loteamentos	

Fonte: Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPG)– PMLEM (2017).

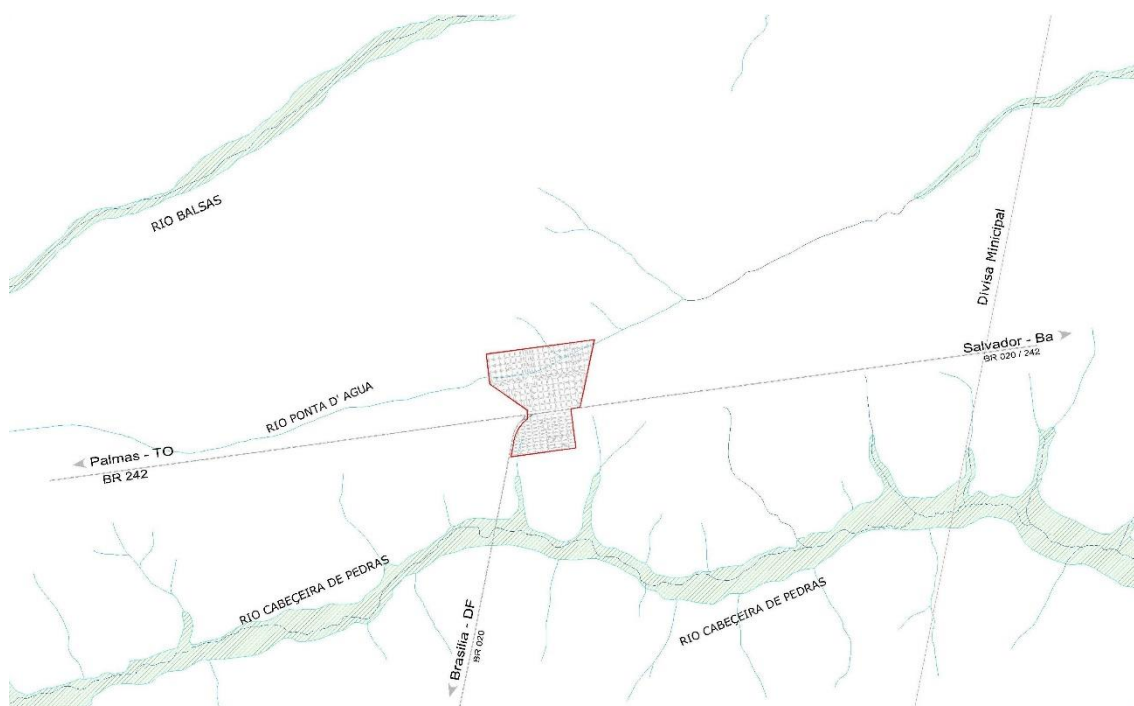


Figura 09. Área Urbanizada. 1986 - Distrito Mimoso do Oeste, Barreiras-BA

Fonte: SEPG (2017)

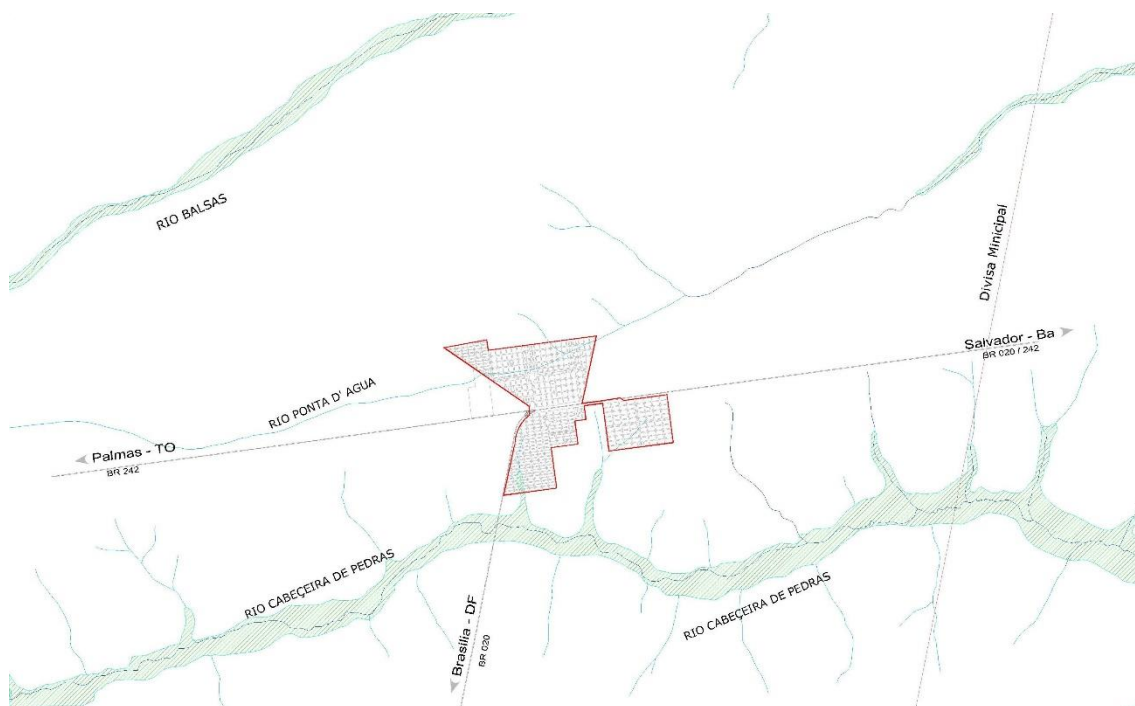


Figura 10. Área Urbanizada. 2000 – Emancipação do Município de LEM-BA

Fonte: SEPG (2017)

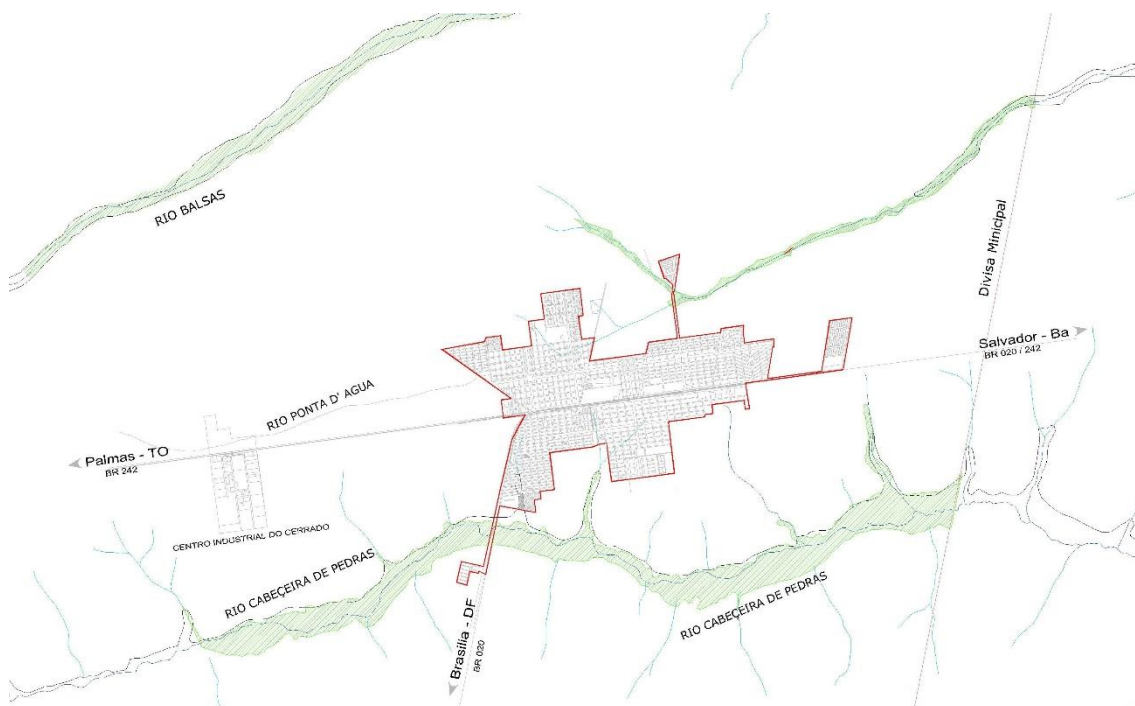


Figura 11. Área Urbanizada. 2008 – Mandatos do Pref. Oziel Oliveira

Fonte: SEPG (2017)

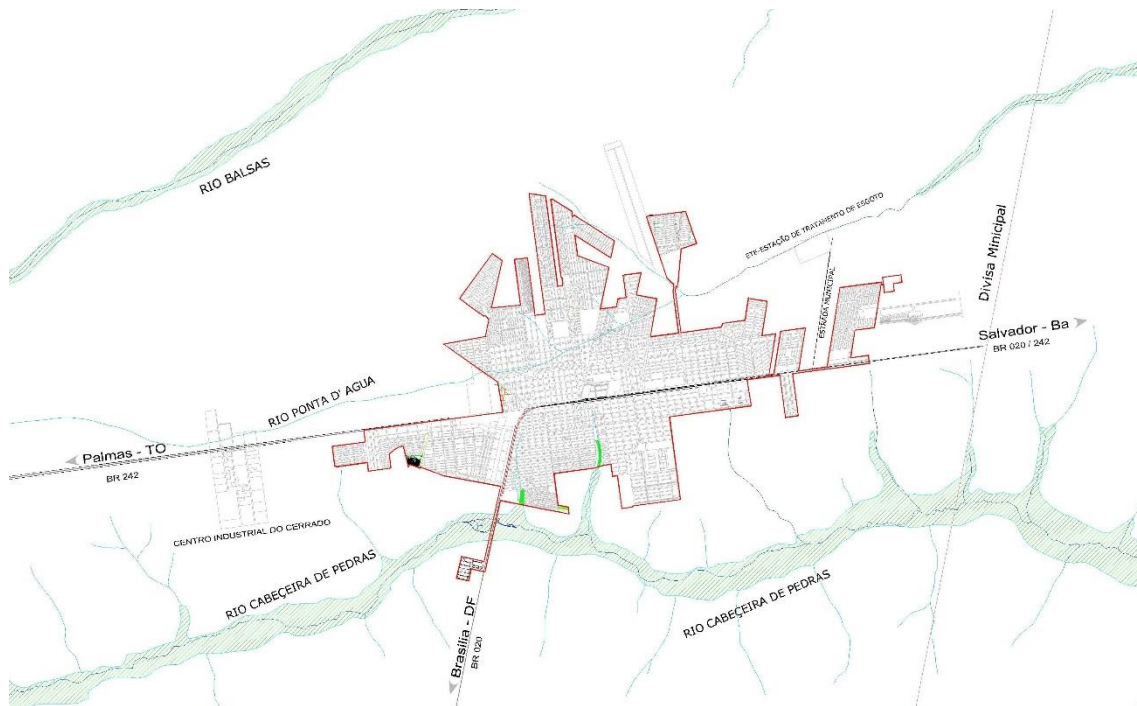


Figura 12. Área Urbanizada. 2017 – Mandatos do Pref. Humberto Santa Cruz

Fonte: SEPG (2017)

Além dos loteamentos legalizados, o Município de Luís Eduardo Magalhães tem sua organização territorial composta por assentamentos formando agrovilas e comunidades rurais, como a Vila Buriti, Comunidade Bela Vista, Comunidade Muriçoca, Comunidade Imburana e o assentamento Rio de Ondas, constituído por três comunidades rurais, a Vila I, Vila II e Vila III.

Desta forma, observa-se que o crescimento acelerado resultou em aproximadamente 1.500 ha de área pública urbana, entre vias, áreas verdes e áreas institucionais, que são de responsabilidade da Prefeitura de Luís Eduardo Magalhães planejar e organizar seus usos e mobilidades. O processo de urbanização acelerada nesses poucos anos de existência provocou desequilíbrios significativos, com o poder público dispondo de poucos recursos materiais e legislação frágil para enfrentamento das demandas. Vale ressaltar que a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão foi criada apenas em dezembro de 2010

pela Lei 471/2010 que alterou a Lei 355/09, dispondo sobre a reformulação e alteração da Estrutura Organizacional do Poder Executivo, mais duas alterações ocorreram, as leis 500/2011 e 670/2015, onde mantiveram a SEPG como parte da estrutura da organização.

De acordo com atual Lei, 670/2015, a Secretaria Municipal de Planejamento. Orçamento e Gestão tem a tarefa de “desenvolver as ações relacionadas ao planejamento municipal, gestão e acompanhamento da execução do Plano de Governo, bem como acompanhar e executar o planejamento orçamentário, propondo medidas que busquem a efetividade e eficácia das ações de Governo” (artigo 2º-XIII). A sua estrutura compreende a Diretoria de Gestão. Orçamento e Modernização, Diretoria de Planejamento Urbano e Uso do Solo, Gerência de Tecnologia e Projetos Estratégicos, Gerência de Planejamento Orçamentário, Gerência de Normas e Procedimentos Administrativos, Gerência de Normas e Posturas Urbanas, Coordenação de Projetos e Convênios, Coordenação de Protocolo e Documentação, Coordenação de Análise de Projetos, Coordenação de Fiscalização e Secretária de Gabinete.

A evolução do contingente de habitantes de Luís Eduardo retrata fielmente sua dinâmica, em 2000, ano da criação, sua população representava 12,5% dos habitantes de Barreiras, de acordo com o Censo em 2014, tal participação já alcançava 43,8%. As atividades agropecuárias e agroindustriais, caracterizadas pela exploração e vastas áreas, técnicas modernas e altos investimentos proporcionam grande volume de produção, atraindo investidores Internacionais, determinando o perfil de ocupação física do espaço municipal e moldando a distribuição da renda regional, conformando o padrão.

Tabela 02 - Crescimento populacional

Ano	População
2007	44.265
2009	52.052
2010	60.105
2012	66.371
2014	76.420
2017	83.557

Fonte: IBGE (2014)

Tabela 03 - Distribuição Populacional (ano 2010)

Distribuição da População	Número	Participação (%)
Urbana	54.881	91,30
Rural	5.224	8,70

Fonte: Censo IBGE (2010)

2.3. Atividade Econômica do Município

O município está localizado na Região Oeste, no centro da principal área produtora de grãos do Estado, em função da localização estratégica, acaba sendo favorecido pelo impacto da produção primária. De acordo com o relatório da revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Luís Eduardo Magalhães, sua principal atividade econômica é a agricultura de alta tecnologia e produtividade, que ocupa uma área de 242 mil hectares. A agricultura familiar ocupa apenas 13 mil hectares, correspondentes a 5% da área total. As principais culturas do município são a soja, o algodão, o milho e o café em menor escala.

A região do Oeste Baiano concentra um dos mais promissores e modernos polos agrícolas do Estado. Dentre os municípios, São Desiderio é o principal representante, que em 2011 manteve a primeira posição no ranking estadual da agropecuária, com participação de 8,0%, em seguida estão os municípios de Formosa do Rio Preto com 4,5%, Barreiras com 3,9%, Luís Eduardo Magalhães com 3% e por fim o município de Correntina com 2,6%.

Centro Industrial do Cerrado (CIC), aprovado em 2008, por iniciativa do poder municipal, conta hoje com 270 hectares, com 85 indústrias já funcionando. O CIC está planejado para expansão para mais 100 hectares e hoje é regulamentada pela Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial (SUDIC), autarquia vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico. A Bunge Alimentos S/A, processadora de soja, é a indústria de maior expressão da Região Oeste. Com capacidade de processamento de 1,8 mil toneladas/dia, sendo a maior empresa geradora de valor agregado do município.

A produção de grãos criou também as condições para o desenvolvimento dos complexos agroindustriais integrados de proteína animal, a Mauricéa Alimentos do Nordeste produz atualmente 52 mil toneladas de rações a cada ano. A empresa Coringa, com planta industrial que produz derivados de milho, processa mais de 40 mil toneladas do cereal por ano. A empresa Icofort, esmagadora de caroço de algodão, com capacidade instalada de processar 120 mil toneladas por ano.

Com as altas produtividades das indústrias, das fazendas e na busca de boas condições de vida e trabalho, fez com que grandes levas de trabalhadores, do Brasil inteiro, na sua maioria sem especialização e ou formação específicas, se desloquem para a cidade de Luís Eduardo na expectativa de trabalhar na agricultura de grãos. Como quase todas as operações agrícolas são mecanizadas a esperança destes trabalhadores rurais é de pelo menos se engajarem nas operações de colheita onde as oportunidades de utilização de mão de obra são mais elevadas.

O valor do PIB (produtor interno bruto) de Luís Eduardo Magalhães em 2012 alcançou 2,91 bilhões de reais, ocupando o sétimo lugar na classificação entre os

municípios do Estado, com participação de 60% do setor de Serviços, de 26% da Indústria e 14% da Agropecuária.

Segundo o IBGE, a renda per capita do município em 2011 alcançou 43,8 mil reais, mais que o dobro da nacional de 20,9 mil reais e seis vezes maior da do Estado da Bahia de aproximadamente 7,00 mil reais. O IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) do município é de 0,716, muito superior aos demais municípios da região. No ano de 2000 este índice era de 0,547.

Uma importante referência para avaliar o crescimento do município é a evolução das receitas municipais. As receitas com transferências constitucionais (federal e estadual), no período de 2007 a 2013 passaram de 39,0 milhões para 94,3 milhões de reais, um crescimento no período de 141,42%, equivalente a 23,5% ao ano na apuração linear. No mesmo período, as receitas próprias passaram de 9,2 milhões para 33,9 milhões de reais, um crescimento no período de 268,7%, equivalente a 44,8% ao ano na apuração linear.

Os serviços de transporte são bastante representativos no município, são mais de 4 mil caminhões/dia que circulam no município, transportando os insumos agrícolas (fertilizantes, químicos, óleo diesel, etc.), e a produção agrícola.

Um importante balizador do crescimento do setor de serviços do município é a arrecadação do ISS (Imposto sobre Serviços). No período de 2009 a 2013, a arrecadação do ISS passou de 5,44 milhões para 14,22 milhões por ano, com um crescimento no período de quatro anos de 161%, a uma taxa linear de 40,3% ao ano. As empresas com maior contribuição são de máquinas agrícolas, indústria de alimentos e instituições financeiras.

O Município recebe, em detrimento deste crescimento de produção, tecnológico e de serviço, uma das maiores feiras de Agronegócio do País, a Bahia Farm Show, a Feira é a maior vitrine do agronegócio do Norte e Nordeste do Brasil e está entre as três maiores do país. Dela fazem parte as maiores empresas de máquinas, implementos, insumos, aviação e serviços, tornando a feira baiana uma excelente oportunidade de realizar negócios, promover a sua marca e ficar em dia com as novidades do mercado.

Além de vitrine, a Bahia Farm Show também é palco de tomada de importantes decisões para o setor, já que a feira faz parte dos compromissos dos governantes, executivos públicos, CEOs de empresas, e muitos outros. Na sua 13ª edição, realizada em 2017, gerou mais de 1,5 bilhão em volume de negócios, assumindo a segunda posição de vendas por visitantes no Brasil em eventos de agronegócio, um acréscimo de aproximadamente 48% em relação a edição anterior, que gerou 1,01 bilhão em volume de negócios.

O evento contou com um público total de 63.326 pessoas, entre agricultores, investidores, profissionais relacionados à área do agronegócio e curiosos, também superando a 12ª edição que trouxe um público de 60.113 pessoas para Município de Luís Eduardo Magalhães.

A partir das informações do Relatório Anual de Informações Sociais - RAIS de 2012, registradas pelo IBGE, é possível traçar um perfil das atividades econômicas formais de Luís Eduardo Magalhães. De uma população de 60 mil habitantes, a população ocupada era de 19.500. O setor de serviços empregava 6.500 (33%), a administração pública vem em segundo lugar com 4.800 postos (25%), o comércio com 3.700 postos (19%), Indústria

de transformação com 1.900 postos (10%), a construção civil com 1.400 postos (7%), e os demais setores com 1.200 postos (6%).

2.4. Aspectos Políticos Administrativos

Após a sua emancipação foram organizadas eleições municipais, e em 01 de janeiro de 2001 instala-se a Câmara Municipal de Luís Eduardo Magalhães e, conseqüentemente, a Primeira Legislatura (2001-2004), composta pelos Vereadores eleitos e diplomados:

Alaídio Castilho de Moura, Ana Amélia Brugger Junqueira, Domingos Carlos Alves dos Santos, Cledinei Roseli Bosa, Jaime Arnoldo Cappellessio, José Queiroz Barreto Neto, Lucir Ficanha, Luzia da Rosa Fontana e Teofilo Jerônimo Penno da Silva Motta.

Estes vereadores foram responsáveis pela elaboração da Lei Orgânica (Lei 0/2001) Municipal e Regimento Interno da Casa Legislativa, além da aprovação de inúmeras leis fundamentais para o início do Município, dentre elas a Lei 55/2001, Lei de Parcelamento do Solo Urbano e a Lei 68/2001, Código de Obras.

Se tratando do Poder executivo a primeira gestão (2001-2004) foi composta pelo Prefeito Oziel Oliveira e Vice-prefeito Jacob Lauck, que também administraram o município na segunda gestão (2005-2008). A terceira gestão (2009-2012) e quarta gestão (2013-2016) foram geridas pelo Prefeito Humberto Santa Cruz e seus vices Lúcia Katherine de Souza Rios Coelho e Marcos José Alecrim da Silva, respectivamente.

Atualmente, em sua quinta gestão (2017-2020), o Município conta com Poder Legislativo composto pelos vereadores eleitos e diplomados: Reinildo Nery dos Santos, Ivaney Victor de Oliveira Freitas, Silvano Oliveira dos Santos, Kelmuth Cristóstomo Macêdo, Wangles Glicerio Santos, Carlos Alberto Koch, Cledi Roseli Bosa, Deusdete

Petronilio De Jesus, Filipe Carneiro Araújo, Kenni Roberto Henke, Luciano de Souza Santos, Márcio Rogério de Souza, Raimundo Fernandes de Souza, Santil José Coqueiro, Sizisnei Vilares dos Santos.

No poder Executivo o atual Prefeito é Oziel Oliveira e seu Vice-prefeito Vanir Kolln, conjuntamente, sendo assessorados por 11 Secretários e mais o Procurador Geral do Município, entre eles os Secretários de Planejamento, Orçamento e Gestão, Jacob Lauck, que ocupou no cargo entre 01/01/2017 a 31/08/2017, e Vanderlino Cândido Rodrigues, em exercício, que administram o desenvolvimento e o planejamento urbano.

2.5. Propostas e Projetos da Atual Administração

A atual gestão pautou o seu Plano de Governo “na identificação dos reais problemas enfrentados na atualidade, bem como, quais são os anseios e sonhos do nosso povo, levando em conta as diversas áreas de atuação do poder público” (Plano de Governo Prefeito Oziel) (2016).

Através de seu Plano de Governo Participativo Oziel Oliveira expressou-se que “vislumbrava a criação de uma cidade modelo. Modelo de organização, desenvolvimento e prosperidade. Por meio deste projeto venho expressar meu desejo de trabalhar para resgatar a verdadeira identidade da nossa amada Luís Eduardo Magalhães, e avançar, pois, juntos, colocaremos em prática todos os projetos aqui expostos, que consignarão, novamente, nossa cidade, dentre o rol dos municípios que mais crescem em nosso país! É chegada a hora: novas metas, novos sonhos, sempre a mesma missão!” (Plano de Governo Prefeito Oziel) (2016).

Dentre as propostas referidas está a de revisar o Plano Diretor Urbano, Lei 255/2007, que de acordo com a Lei de Políticas Urbanas, em seu art. 40 § 3º diz que “a lei que instituir o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada dez anos” (Lei 10.257, 2001). Assim como:

- Promover uma análise interdisciplinar do ordenamento territorial do município, monitorado e avaliado por indicadores específicos, que possibilitem a busca pela sustentabilidade financeira e a responsabilidade fiscal, objetivando um desenvolvimento seguro e duradouro;
- Principiar um estudo que viabilize a criação de um Núcleo Interdisciplinar de Captação de Recursos Federais, Estaduais e Privados para o financiamento de projetos;
- Buscar parceiros nas mais variadas áreas para aperfeiçoar o atendimento à população em suas necessidades quer seja como incentivadores, patronos, prestadores de serviços, com a finalidade do bem comum da sociedade em sua coletividade;
- Solucionar os problemas de infraestrutura é condição necessária para a melhoria do bem-estar da população, servindo de base para o desenvolvimento social e econômico permitindo;
- Efetivar um plano de manutenção, recuperação e ampliação dos espaços públicos, Sistema viário integrado;
- Construir de um Terminal Rodoviário Urbano;
- Buscar soluções efetivas para os problemas de duplicação da BR;
- Desenvolver projetos que garantam acessibilidade;

- Retomar, qualificar e de fato implantar o projeto de instalação da rede de saneamento básico;
- Buscar a Implantação de uma Usina de Resíduos Sólidos;
- Criação de novos espaços e áreas verdes que tenham por objetivo principal melhorar e ampliar a arborização;
- Retirar o lixo a céu aberto, recuperar a área com implantação de paisagismo e Instalação do aterro sanitário;
- Implantar Programas de reaproveitamento dos resíduos orgânicos para produção de compostagem para produção de mudas de árvores nativas do cerrado e reciclagem total dos resíduos sólidos;
- Implantar Programa de Coleta e destinação de Resíduos da Construção Civil.
- Elaborar e implantar novo plano de coleta seletiva e oficinas de reaproveitamento;
- Implantar equipe permanente de paisagismo;
- Elaborar Programa de Controle de Processos Erosivos e Assoreamento em parceria com iniciativa privada e governo federal e estadual.

Além dos programas do Plano de Governo, com a aprovação do novo plano diretor de desenvolvimento urbano (PDDU), Lei 791/2017, que faz parte de uma das metas do plano, ficou estabelecida pelo Plano LEM 50, que de acordo com seu art. 3º diz:

“Art. 3º. Com o PDDS, fica também instituído o Plano LEM 50, constante do Anexo I desta Lei, constituído de um conjunto de objetivos e metas a serem alcançadas mediante a execução de ações integradas de desenvolvimento urbano sustentável, cuja finalidade é promover a transformação social, física e administrativa do município de Luís Eduardo

Magalhães, tornando-o um paradigma para a Região Oeste do Estado da Bahia até o ano do seu cinquentenário.

§ 1º O Plano LEM 50 tem caráter estratégico e pressupõe um modelo de gestão flexível, capaz de se ajustar a tendências e oportunidades de forma ágil.

§2º O Plano LEM 50 é um plano de interferência direta na realidade, concentra ações na potencialização de oportunidades de desenvolvimento e não comporta o engessamento da normatização.

§3º Para garantir a eficiência e eficácia do Plano LEM 50, as tabelas de metas, ações, e indicadores, constantes do ANEXO I, poderão ser alteradas, sempre que necessário, através de resoluções do Conselho Municipal da Cidade, dando sempre ampla publicidade à versão atualizada do Plano” (Lei 791, 2017).

De acordo com Anexo I da Lei 791/2017 algumas ações estabelecidas, com influência direta ao planejamento e gestão urbana são:

Educação	
Ações	▪ Construir novas creches adequadas à educação integral ▪ Construir novas escolas de ensino fundamental e adequar as existentes à educação integral ▪ Implantar centros digitais de difusão do saber ▪ Implantar centros de formação técnica ▪ Implantar a Cidade Universitária
Indicadores	▪ 100% das creches com educação integral implantada até 2022 ▪ 100% das escolas do ensino fundamental, do 1º ao 6º ano, com educação integral implantada até 2025. ▪ 100% das escolas do ensino fundamental, do 7º ao 9º ano, com educação integral implantada até 2030. ▪ 4 (quatro) centros digitais de difusão do saber implantados até 2022 ▪ Escola técnica implantada até 2025 ▪ Campus universitário público implantado até 2025

Eduarda Reis Junqueira Ramos
GESTÃO E PLANEJAMENTO URBANO: O CASO DE LUIS EDUARDO MAGALHÃES

Saúde	
Ações	▪ Implantar o Hospital Municipal de Luís Eduardo Magalhães ▪ Transformar o Hospital e Maternidade Dr. Gileno de Sá Oliveira em Hospital Materno-infantil, dotado de UTI Neonatal. ▪ Implantar o Centro Municipal de Diagnóstico de Imagem ▪ Ampliar o número de unidades de saúde da família
Indicadores	▪ Hospital Municipal implantado até 2025 ▪ Hospital Materno-infantil implantado até 2027 ▪ Centro Municipal de Diagnóstico de Imagem implantado até 2027 ▪ 100% dos bairros e localidades cobertos pelos serviços de atenção básica até 2025
Assistência Social	
Ações	▪ Implantar o Centro de Acolhimento às Mulheres Vítimas de Violência (CAMVV) ▪ Implantar o Centro de Ressocialização de Jovens oriundos do sistema de aplicação de medidas socioeducativas e adultos egressos do sistema prisional ▪ Implantar o restaurante popular do Bairro Santa Cruz
Indicadores	▪ CAMVV implantado até 31 de dezembro de 2018 ▪ Centro de Ressocialização de Jovens e Adultos implantado até 2020 ▪ Restaurante popular em funcionamento até 2018
Cultura	
Ações	▪ Construir o Centro de Convenções do Oeste da Bahia (CCOB) ▪ Construir o Teatro Municipal de Luís Eduardo Magalhães ▪ Criar o Centro de Tradições Nordestinas
Indicadores	▪ Centro de Convenções construído até 2025 ▪ Teatro Municipal construído até 2025 ▪ Centro de Tradições Nordestinas criado até 2027
Esporte	
Ações	▪ Implantar o Parque Esportivo de Luís Eduardo Magalhães

Eduarda Reis Junqueira Ramos
GESTÃO E PLANEJAMENTO URBANO: O CASO DE LUIS EDUARDO MAGALHÃES

Indicadores	▪ Parque Esportivo Municipal implantado até 2022
Uso e Ocupação do Solo e Infraestrutura	
Ações	▪ Implantar o Sistema de Monitoramento do Solo Urbano a Distância, através de câmeras de vídeo. ▪ Implantar sistema informatizado de licenciamento de atividades ▪ Implantar sistema informatizado de licenciamento de empreendimentos ▪ Implantar praças municipais ▪ Implantar programa de calçadas acessíveis ▪ Construir a infraestrutura de receptivo e hospitalidade ▪ Consolidar o Aeroporto Municipal como polo de apoio logístico da Região Oeste da Bahia ▪ Ampliar a rede de microdrenagem pluvial ▪ Ampliar a rede de macrodrenagem pluvial ▪ Requalificar as redes de drenagem naturais ▪ Implantar a rede de esgotamento sanitário em áreas urbanizadas desprovidas ▪ Requalificar as redes de esgotamento sanitário subdimensionadas ▪ Implantar os ramais de alimentação do sistema de transporte de massa ▪ Implantar modal de transporte ciclovitário
Indicadores	▪ 50% da área urbana monitorada por câmeras de vídeo até 2025 ▪ Sistema de licenciamento de atividades implantado até 2018 ▪ Sistema de licenciamento de empreendimentos implantado até 2020 ▪ 04 (quatro) praças municipais com arborização e equipamentos públicos entregues à comunidade até 2022 ▪ Programa de certificação de calçadas acessíveis implantado até 2025 ▪ 100% da infraestrutura de receptivo e hospitalidade construída até 2025 ▪ Polo de apoio logístico implantado até 2035 ▪ 50% da área urbanizada coberta até 2030 ▪ 30% da área urbanizada com rede de esgotamento sanitário nas dimensões adequadas até 2018 ▪ Ramais de alimentação do Sistema Integrado de Mobilidade Urbana implantada até 2030

Eduarda Reis Junqueira Ramos
GESTÃO E PLANEJAMENTO URBANO: O CASO DE LUIS EDUARDO MAGALHÃES

	▪ Sistema de Mobilidade Ciclovária implantado em todas as vias arteriais e coletoras até 2022
Meio Ambiente	
Ações	▪ Criar o aterro municipal ▪ Implantar a Central Municipal de Podas e Entulhos ▪ Criar o Parque Municipal do Rio das Pedras ▪ Criar o Parque Municipal do Rio dos Cachorros ▪ Criar o Parque Municipal do Rio de Janeiro ▪ Criar a Unidade Especializada de Fiscalização de Áreas Ambientais Protegidas ▪ Mapear as áreas ambientais protegidas ▪ Recuperar e conservar as áreas ambientais protegidas
Indicadores	▪ Aterro municipal implantado até 2022 ▪ Central Municipal de Podas e Entulhos implantada até 2022 ▪ Parque Municipal do Rio das Pedras implantado até 2025 ▪ Parque Municipal do Rio dos Cachorros implantado até 2030 ▪ Parque Municipal do Rio de Janeiro implantado até 2040 ▪ Unidade Especializada de Fiscalização de Áreas Ambientais Protegidas implantadas até 2022 ▪ 50% do território municipal mapeado até 2025 ▪ 30% das áreas ambientais protegidas recuperadas até 2025
Habitação	
Ações	▪ Mapear as áreas ocupadas irregularmente pela população de baixa renda ▪ Mapear as áreas de risco, ambientalmente protegidas e insalubres. ▪ Construção de habitações de interesse social, em área adequada, para onde serão transferidas as famílias cadastradas.
Indicadores	▪ Mapeamento das áreas ocupadas irregularmente e das áreas de risco concluído até 2016 ▪ 30% das áreas mapeadas regularizadas até 2020 ▪ 80% das áreas mapeadas regularizadas até 2025 ▪ Habitações de interesse social construídas até 2022

Desenvolvimento Econômico	
Ações	▪ Elaborar o Plano Diretor do Centro Industrial (PDCI) ▪ Criar grupo de trabalho ▪ Realizar estudo comparado da legislação urbanística vigente nas principais cidades brasileiras
Indicadores	▪ PDCI implementado até 2016 ▪ Código de Urbanismo implantado até 2018 (contemplando normas de Uso do Solo, Parcelamento e Obras). ▪ Código Municipal de Meio Ambiente implantado até 2018 ▪ Lei de Parques Urbanos implantada até 2018 ▪ Plano Municipal de Habitação implantado até 2018 ▪ Plano de Mobilidade Urbana implantado até 2018 ▪ Plano Municipal de Saneamento Básico implantado até 2018 ▪ Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos implantada até 2018

Fonte: Lei Complementar N ° 791/2017, de 02 de junho de 2017

O plano diretor, Lei n° 791/2017, é parte do planejamento municipal e pondera, no seu artigo terceiro §3º, que “para garantir a eficiência e eficácia do Plano LEM 50, as tabelas de metas, ações, e indicadores, constantes do ANEXO I, poderão ser alteradas, sempre que necessário, através de resoluções do Conselho Municipal da Cidade, dando sempre ampla publicidade à versão atualizada do Plano”. A seção IV discorre mais claramente sobre a constituição de uma gestão e planejamento participativo, criando o Sistema Municipal de Planejamento e Gestão Participativa (SMPGP) seu artigo 126, no intuito de assegurar a participação dos cidadãos e das organizações representativas.

No artigo 127 é descrito a composição do SMPGP que se constitui pelo órgão municipal de planejamento e desenvolvimento urbano; Conselho Municipal da Cidade; Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente; representantes dos demais conselhos

municipais; representantes de outros órgãos municipais indicados pelo Chefe do Poder Executivo e pela Agência de Desenvolvimento de Luís Eduardo Magalhães.

A Agência de Desenvolvimento é uma instituição jurídica de direito privado que, pela Lei 791/2017, passa a ter autorização para sua criação, mediante decreto específico para abertura da mesma. Na sua atribuição está a função de “acompanhar e apoiar a gestão do Plano Diretor de Luís Eduardo Magalhães e de implementar Plano LEM 50, tendo a sua natureza jurídica e competência definidas em Lei específica” (Lei 791,2017, p.57).

CAPÍTULO 3 – Metodologia

“A Metodologia é compreendida como uma disciplina que consiste em estudar, compreender e avaliar os vários métodos disponíveis para a realização de uma pesquisa acadêmica. A Metodologia, em um nível aplicado, examina, descreve e avalia métodos e técnicas de pesquisa que possibilitam a coleta e o processamento de informações, visando ao encaminhamento e à resolução de problemas e/ou questões de investigação” (Prodanov, Freitas, 2013, p. 14).

A pesquisa teórica bibliográfica é a etapa da investigação científica em que se realiza a revisão da literatura, buscando a resolução de uma hipótese, através da análise e discussão de várias publicações, estão disponíveis as bases referenciais. Para o desenvolvimento dessa dissertação foi escolhido o método qualitativo, por ser, segundo Yin (2016), uma pesquisa que possibilita uma variedade maior de investigação, incluindo casos do cotidiano, e ainda nos oferece maior liberdade no tema, diferentemente de outros métodos que nos limitam com a falta de condições necessárias de pesquisa, inacessibilidade de dados, dificuldade de extrair amostras entre outras.

“Por ora, a pesquisa qualitativa tornou-se uma forma aceitável, se não dominante, de pesquisa em muitas áreas acadêmicas e profissionais diferentes. Consequentemente, o grande número de alunos e estudiosos que realizam estudos qualitativos pode fazer parte de diferentes disciplinas de ciências sociais (p. ex., sociologia, antropologia, ciência política ou psicologia) ou diferentes profissões (p. ex., educação, administração, enfermagem, planejamento urbano e avaliação de programas). Em qualquer desses campos, a pesquisa qualitativa representa um modo atraente e produtivo de fazer pesquisa.” (Yin, 2016, p.6).

O conjunto documental da pesquisa, simultaneamente à pesquisa teórica bibliográfica, apresenta-se pelas buscas em registros de dados necessários a uma maior

compreensão do fenômeno em estudo, no caso da presente pesquisa, esses dados foram buscados junto a acervos documentais do IBGE (2016), do Ministério das Cidades e da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão de Luís Eduardo Magalhães/BA (2017).

Para a abordagem da investigação assumiu-se a análise qualitativa, pois usa o ambiente como fonte direta para recolha de dados, sendo o pesquisador, o instrumento-chave, sem requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. A análise qualitativa exige que a pesquisa trate e analise os dados por meio da definição de relevância teórica, de repetição ou por análise de discurso, sendo os resultados apresentados por revisão de hipóteses, conceitos ou pressupostos.

3.1 Análise Qualitativa.

A pesquisa qualitativa, segundo Cesar (2005), enfatiza o método de estudo de caso, destinando-se na coleta de dados na área organizacional como uma abordagem qualitativa. Para Yin (2016) os dados são base para uma pesquisa qualitativa, derivando-se de quatro atividades de campo, a entrevista, a observação, a coleta de materiais e os sentimentos.

Tal método é norteado pela interpretação e a relação entre as variáveis, podendo despontar uma riqueza maior dos dados e a possibilidade da exploração das contradições nas informações coletadas, que incluíram na análise final, números que indicam a realidade diagnosticada.

É importante a integração dos métodos utilizados, buscando a oportunidade de atenuar a interferência e a subjetividade do pesquisador nas conclusões obtidas e fundamentadas bibliograficamente. Portanto, primeiramente definiu-se o tema a ser

pesquisado, e iniciou-se a busca pelo material teórico bibliográfico, em trabalhos como livros, teses, artigos, anais de congressos, em trabalhos não originais como enciclopédias, tratados, artigos de revisão bibliográfica, que basicamente citam e revisam os originais ou em base de dados como os suportes informacionais, entre elas a internet.

A busca de dados documentais, disponíveis nos âmbitos já citados acima, foi fundamental para subsidiar as pressuposições da pesquisadora, em acordo com os objetivos propostos para a pesquisa, obtendo-se um “ponto de partida”, ou seja, os dados documentais que fundamentaram a hipótese levantada já na fase de planificação da pesquisa.

Segundo Yin (2016) as entrevistas envolvem o intercâmbio entre o entrevistador e o entrevistado, procurando interação com uma estrutura cuidadosamente roteirizada. Para obtenção dos dados, especificamente para essa dissertação, o questionário foi elaborado, objetivando a visão dos gestores e funcionários, visando a ausência de interferência da pesquisadora, assim como a regularidade de comportamento com cada entrevistado, na intenção de captar visões e realidade sobre a gestão, o planejamento e desenvolvimento urbano, as diretrizes de trabalho no que diz respeito ao uso e ocupação do solo urbano de Luís Eduardo Magalhães, BA.

3.2 Amostra

Na presente investigação, define-se como população o universo de funcionário da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão. Mais especificamente os colaboradores que trabalham diretamente com a Diretoria de Uso e Ocupação do Solo Urbano.

A decisão por uma amostragem não probabilística intencional, ou por julgamento, justifica-se pela necessidade de interpelar indivíduos que podem contribuir de forma significativa para a pesquisa porque já conhecem o assunto, no caso específico fazem parte do processo de gestão e planejamento urbano de Luis Eduardo Magalhães. Além da facilidade de acesso da autora aos profissionais deste estabelecimento e à disponibilidade, para toda a logística necessária à recolha de dados.

O universo da amostra é composto por quinze funcionários, entre colaboradores temporários e efetivos, cargos comissionados, analistas e fiscais de polícia administrativa, no qual todos foram submetidos ao questionário, contudo desses, somente doze responderam-no, o que representa 85% do total da amostra solicitada.

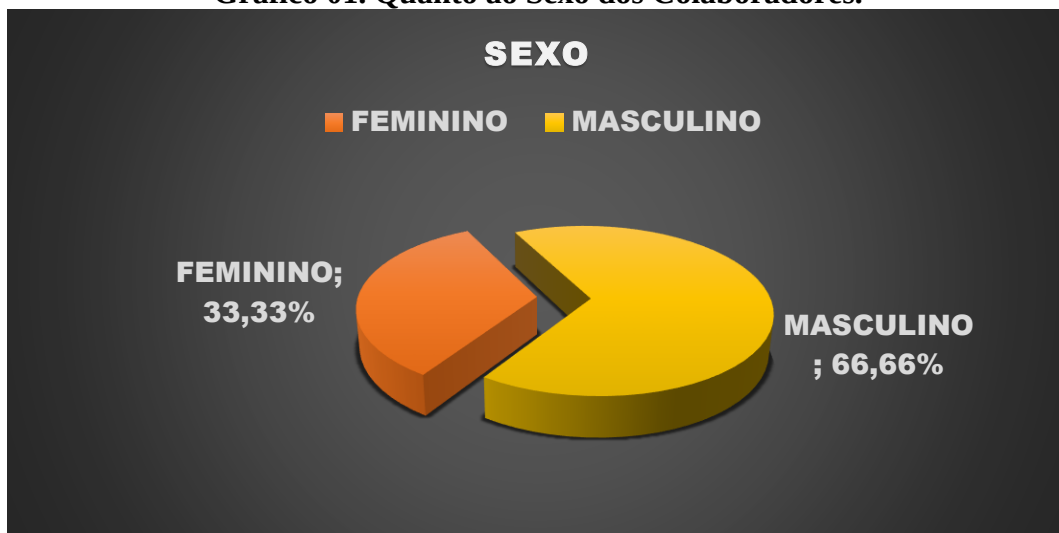
Após a definição e aplicação dos questionários aos participantes (vide Apêndice I), juntamente com documentos analisados, foi possível traçar e identificar o perfil da instituição, dos gestores, dos funcionários, assim como a forma de trabalho que os envolve, ou envolveram, possibilitando descrever melhor as ações adotadas conforme o planejamento, organização, gestão e trabalhos da SEPG.

CAPÍTULO 4 – Análise e Discussões

As pesquisas realizadas abrangeram funcionários da SEPG, com o objetivo de identificar a forma como ocorre o planejamento e gestão do uso e ocupação do solo urbano.

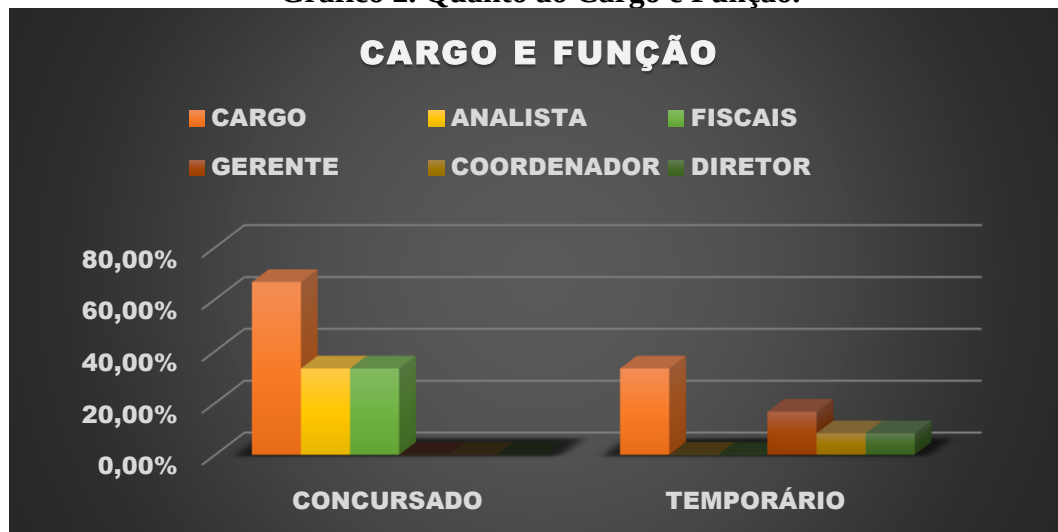
A pesquisa contou com a participação de doze, dos quatorze colaboradores do departamento de uso e ocupação do solo urbano, da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do município de Luís Eduardo Magalhães, que compreendem os fiscais, os analistas, o coordenador, os gerentes, o diretor e secretário. Foram identificadas informações referentes ao perfil dos participantes como gênero, escolaridade, função, tempo de serviço no município e como ocorre o planejamento e desenvolvimento da gestão do uso e ocupação do solo Urbano.

Gráfico 01. Quanto ao Sexo dos Colaboradores.



Foi identificado que prevalecem profissionais do sexo masculino, sendo 33,333% dos colaboradores mulheres, ou seja quatro dentre os doze entrevistados, e oito são do sexo masculino, constituindo 66,666%.

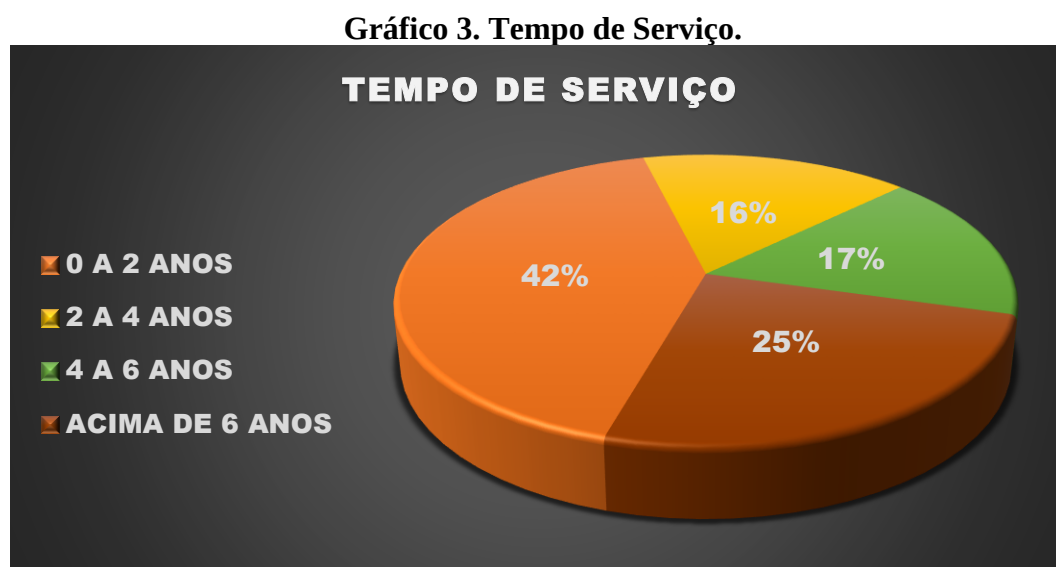
Gráfico 2. Quanto ao Cargo e Função.



Constatou-se que 66,666% ou oito funcionários dos doze participantes da entrevista são concursados e quatro, ou 33,333%, são de cargo temporário. Desses 33,333% observou-se que são funcionários nomeados nos cargos de coordenação, gerencia e diretoria, sendo na quantidade de um, dois e um, respectivamente. Já os concursados, que são a maioria, ocupam o cargo de Analistas e Fiscalização, sendo quatro em cada uma das funções.

É importante apontar que o cargo de analista de processos, de acordo com a Lei 265/2007, revisão parcial da Lei 101/2001, é responsável por “assegurar condições de suporte técnico em processos de trabalho e na formulação de políticas e diretrizes, planejando, desenvolvendo e analisando projetos e estudos”. Os fiscais de polícia administrativo de “executar atividades de fiscalização relativas à higiene, à ordem, à disciplina da produção de mercado, aos direitos individuais e coletivos ao exercício de atividades econômicas”. E fiscal de rendas é “exercer a arrecadação tributária municipal administrar os trabalhos de planejamento, inspeção e controle”.

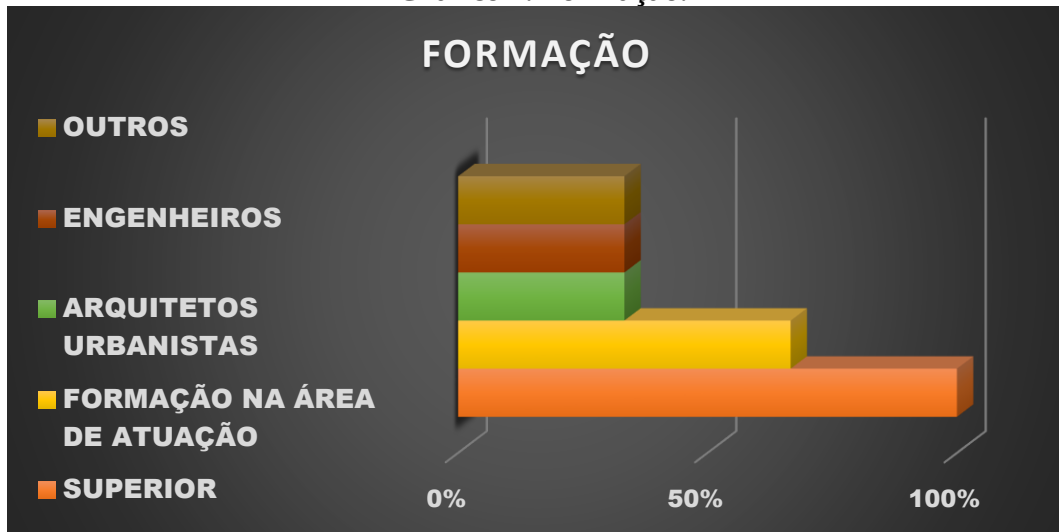
Pode-se afirmar ainda que apesar da maioria constituir-se concursado, os cargos de gestão, são preenchidos por funcionários temporário, sem vínculo de permanência na administração, o que pode ocasionar descontinuidade na gestão, perda de informação e conhecimentos, inerentes a secretaria e aos cargos de coordenação, gerencia e direção.



De acordo com as respostas apurou-se que, pouco mais da metade dos pesquisados, tem tempo de serviço superior a dois anos, e que entre esses todos são concursados, como se pode conferir na tabela I do apêndice II, é que entre os que têm menos de dois anos no serviço, a maioria é de cargos nomeados, e entre eles apenas uma, a coordenadora, trabalha a mais de um ano, e trabalhar em mais de uma gestão, trabalhando de fato na gestão anterior.

Também é perceptível que temos um dos servidores que já trabalhou em todas as gestões do município e outro está na quarta gestão. Fazendo uma correlação entre os dados documentais, descrito nas referências teóricas, eles já trabalharam com atual prefeito em uma, ou mais, gestões anteriores. Ainda pode-se expor que dentre os concursados a maioria já trabalhou ao menos em duas gestões distintas, com gestores diferentes.

Gráfico 4. Formação.



A pesquisa também apontou que, no departamento de uso e ocupação do solo urbano, todos os entrevistados tem nível superior, contudo apenas 60% atuam na sua área de formação, e a mesma tem correlação direta com trabalho da repartição. Ainda podemos destacar, de acordo com tabela I do apêndice II, que entre os cargos, apenas na área de fiscalização que se encontram as formações alheias à área de atuação dos profissionais.

Entre as formações apresentadas constatou-se que, 33,333% são arquitetos urbanistas, na mesma proporção tem os engenheiros, sendo três civis e um agrônomo, e as demais formações em áreas distintas, contabilizam, também, 33,333%, como demonstra tabela I do apêndice II.

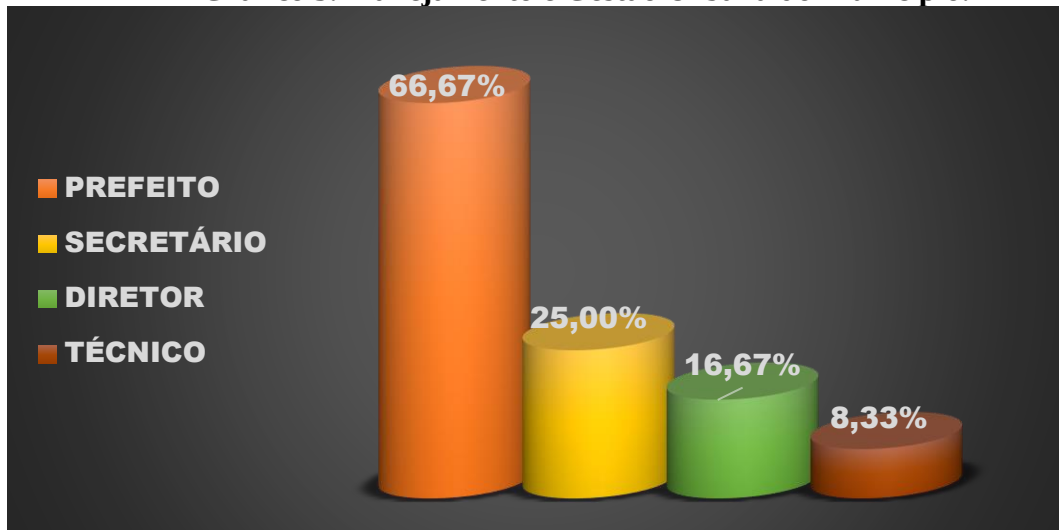
Além de levantamentos de tipo de cargo, função, tempo de serviço, gênero e formação, também foram realizadas perguntas na área de planejamento e gestão do uso e ocupação do solo urbano, indagações diretas e também descritivas, que foram colhidas e analisadas, e serão abordadas a seguir.

A primeira pergunta tratou de como seria, no ponto de vista do entrevistado, o crescimento urbano de Luís Eduardo Magalhães, e compilando as respostas, constatou-se

que para os funcionários, o crescimento ocorreu de forma rápida e desordenada, com dificuldades em se aplicar as legislações e com baixa eficiência na fiscalização. Ainda foi abordada a espacialidade de uma cidade com capacidade de ocupação aquém do que existe, guiado por interesses políticos, comerciais e financeiros, no geral não considerando a coletividade.

O crescimento acelerado, sem acompanhamento de oferta e procura, prejudicou pontos na vivência da cidade, sendo a cidade espacialmente “desenvolvida”, mas como pouca qualidade, sem ordenação das obras existentes no território urbano. Também foi citado como uns dos grandes nichos do mercado, que pode ser entendido como especulação imobiliária e geração de renda com a execução dos loteamentos e a venda dos lotes, somente perdendo para agronegócio, que sempre é a maior fonte de renda e desenvolvimento do município.

Gráfico 5. Planejamento e Gestão Urbana do Município.

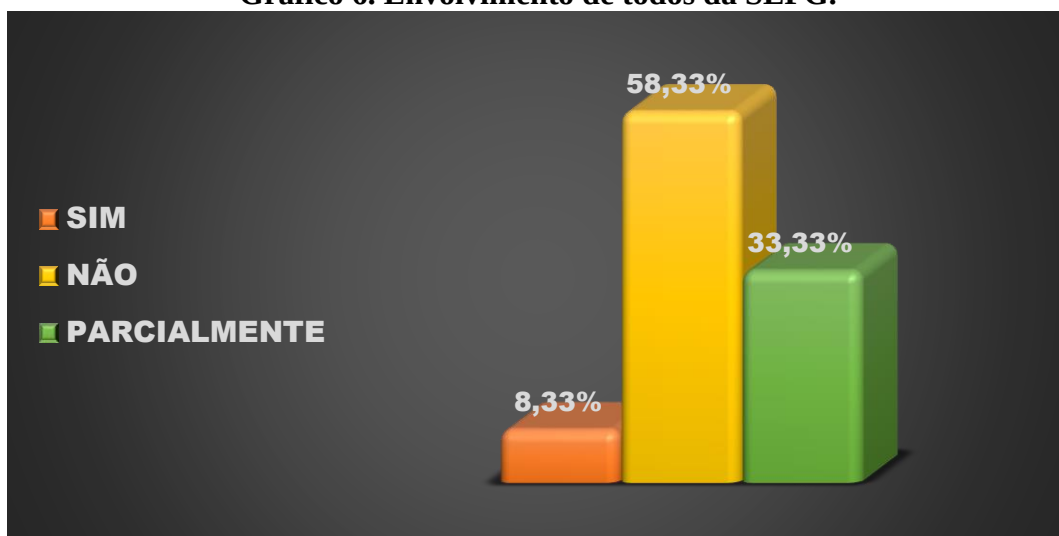


Analisando a segunda questão observou-se que, alguns entrevistados, consideraram que mais de um profissional executa a tarefa de planejar e gerir o solo urbano. Dentre as

respostas 53% apontava que tal tarefa era realizada pelo prefeito, 20% pelo secretário de planejamento, orçamento e gestão, 13,33% pelo diretor e 6,67% por técnicos.

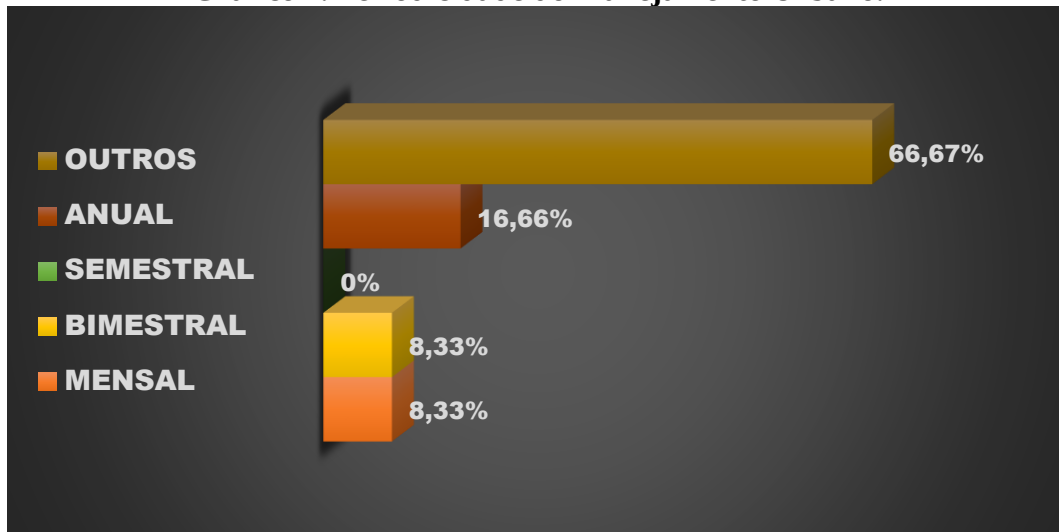
Alguns dos entrevistados ainda indagaram que nenhum dos representantes o faz, e outros que o prefeito faz considerando negociações políticas, e repassando por demanda aos demais responsáveis e técnicos, que trabalham acatando as solicitações.

Gráfico 6. Envolvimento de todos da SEPG.



Considerando a integração e participação dos colaboradores da SEPG, reparou-se que para apenas 8,33% dos entrevistados, a secretaria trabalha envolvendo todos, 58,33% acreditam que não existe envolvimento de todos e 33,33% acreditam que esse envolvimento ocorre parcialmente.

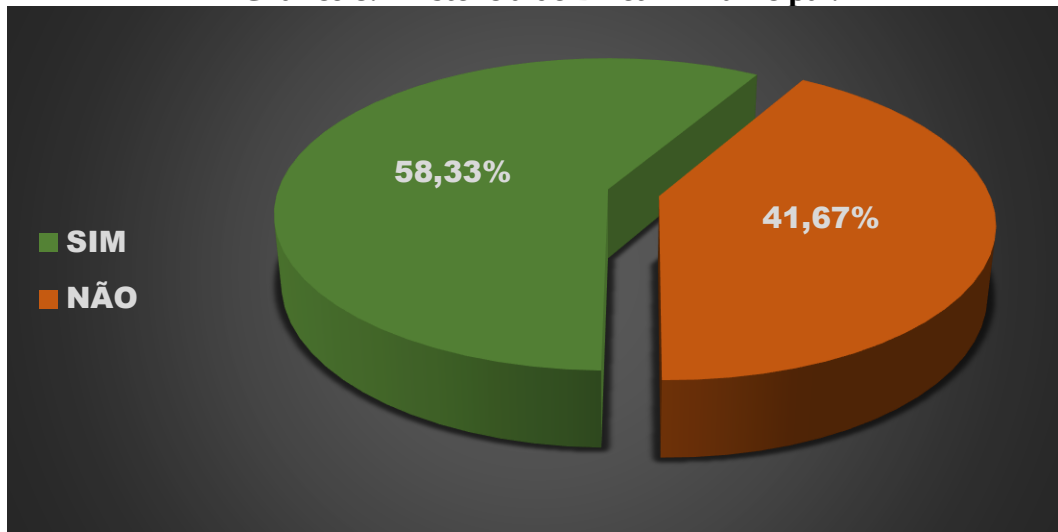
Gráfico 7. Periodicidade do Planejamento Urbano.



A quarta pergunta referiu-se sobre a periodicidade que ocorre o planejamento urbano, e de acordo com as respostas apurou-se que 8,33% acham que ocorrem mensalmente, 8,33% que é bimestralmente, 16,66% apontou ser anualmente e 66,67% acreditam que ocorre com outra frequência.

Observando as respostas de quem apontou ser em outra frequência, atentou-se que o planejamento ocorre diariamente com as análises, viabilidades, adequação das leis, quando necessário, e fiscalizações. Outros apontaram serem pela livre demanda do gestor e reuniões ocasionais e ainda alguns disseram não saber ou não ter informação. Chama atenção, observado a tabela 3 do apêndice II, que os que responderam não saber, ou não ter informação, são todos no cargo de fiscalização, e como analisados anteriormente, não têm formação e capacitação na área em que atuam.

Gráfico 8. Existência de Diretriz Municipal.



Observa-se no gráfico que 58,33% consideram a existência de diretrizes municipais para planejamento de uso e ocupação do solo, e que 41,67% consideram não existir ou não saber da existência. Entre os que consideram existir, foi citado como diretrizes as legislações, tais como, o plano diretor (Lei 791/2017), o código de obras (Lei 068/2001) e demais leis, decretos e portarias municipais, estaduais e federais.

Houve opiniões sobre a existência, mas não sendo integralmente aplicada, onde a secretaria trabalha por demanda, mas sem diagnóstico, não possibilitando diretrizes, apenas demanda e promoção política. Ocorreu resposta onde não se sabia dizer quais eram essas diretrizes, sendo novamente, observada a tabela 3, compiladas com tabela 1, ambas do apêndice II, oriundas dos cargos de fiscalização.

Continuando a pesquisa, foi indagado sobre os parâmetros e estudos técnico, e se eles são utilizados, e se não, quais parâmetros são levados em consideração no planejamento urbano de Luís Eduardo Magalhães. Dentre as respostas observa-se que os parâmetros são as legislações, as consultorias e o bom senso dos técnicos da secretaria,

mas que na maioria das vezes o “conhecimento” empírico e “achismos” que geram viabilidades políticas sobressaem à técnica.

Algumas respostas demonstraram que existem parâmetros técnicos, mas não são compartilhados para todos e que por ser uma tarefa elaborada pelo alto cargo do executivo, as decisões são proferidas por ele e por pessoas de confiança que, muitas vezes, não tem formação e estudos na área.

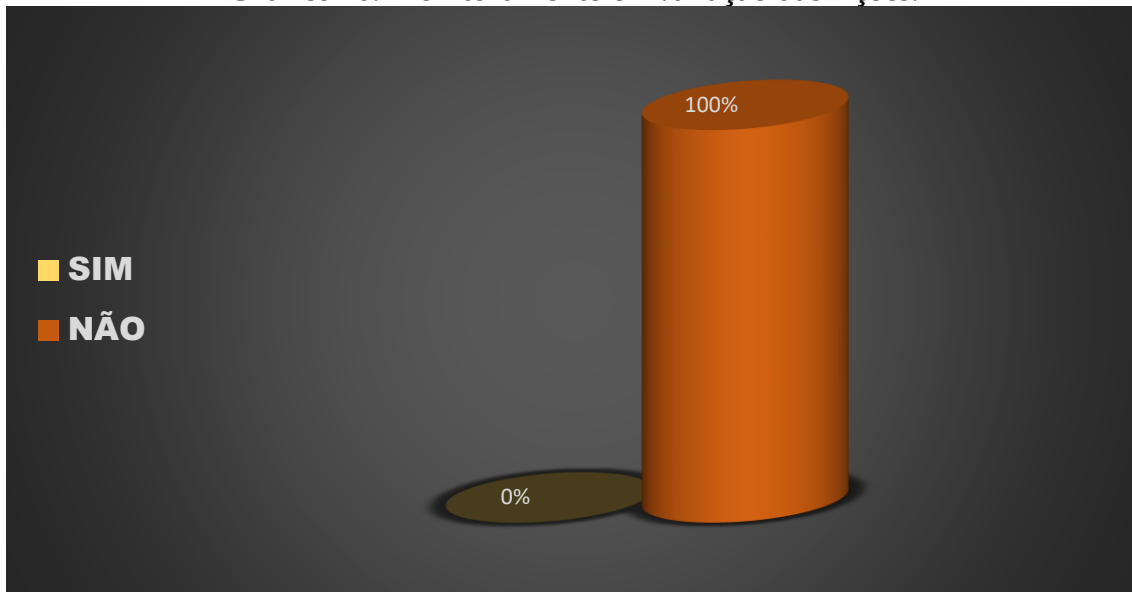
Gráfico 9. Integração da SEPG com demais Secretarias do Município.



Analisando o gráfico observa-se que, entre os entrevistados, dividem-se igualmente os que acreditam existir integração entre a SEPG, nas ações de planejamento e socioambientais, com relação às demais secretarias da Prefeitura Municipal de Luís Eduardo Magalhães.

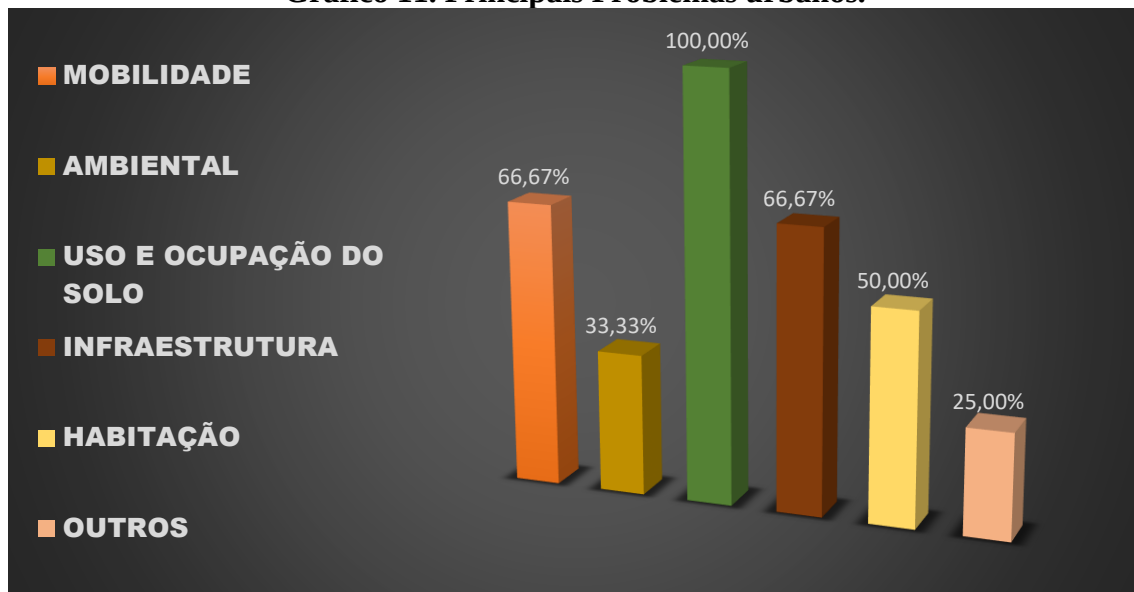
Observando a tabela 5 do apêndice II, observa-se uma consideração, de um dos entrevistados que diz que, a secretaria tenta ter contato, de forma limitada por também não haver um sistema e uma rede de comunicação.

Gráfico 10. Monitoramento e Avaliação das Ações.



De acordo com respostas, representado no gráfico, a SEPG não consegue resolver problema da fiscalização e nem implantar meios de monitoramento para avaliação das suas ações e, entre os entrevistados, dois dos participantes, conforme podemos observar na tabela 5 do apêndice II, sendo eles do cargo de fiscal (vide tabela 1 apêndice II) descreveram não ter informação sobre a existência de meios para monitoramento e avaliações das ações da secretaria, assim como fiscalização das obras que ocorrem no município.

Gráfico 11. Principais Problemas urbanos.



Entre os participantes, nota-se que, mais de um problema foi apontado como sendo um problema urbano no município de Luís Eduardo Magalhães. Para 100% dos entrevistados apontaram, o uso e ocupação do solo, como sendo um dos problemas do município, 66,67% destacaram a mobilidade e infraestrutura, com destaque para asfaltamento e saneamento básico no município, 50% indicaram a habitação, 33,33% salientaram as questões ambientais e por fim 25% apontaram outros problemas, tais como segurança e falta de cumprimento e coerência da legislação municipal.

Finalizando o questionário foi indagado sobre as ações que acreditam combater os problemas urbanos, e foram destacados estudos técnicos, sem interferências políticas, contratação de especialistas, atualização das legislações e efetivação na prática das mesmas, sem criar medidas para viabilizar o descumprimento das mesmas, fiscalização eficaz, integração, planejamento eficiente de curto, médio e longo prazo, investimento na infraestrutura, educação e conscientização, melhoramento dos equipamentos de trabalho, aplicação das legislações, envolvimento de todos os servidores e da sociedade, implantar acessibilidade e humanizar a cidade.

Averiguando as respostas, desta última pergunta, percebe-se que o município carece de estudos e trabalhos técnicos, de efetivação no exercício das leis e suas atualizações, também nota-se a carência de investimento em infraestrutura e planejamento de médio e longo prazo, uma vez que atualmente se aplica medidas paliativas aos problemas de curto prazo, que aparecem no decorrer da gestão. Esta última pergunta, de fato, estreita as relações entre as questões anteriores e nos faz perceber claramente todas as respostas.

Em uma análise geral do questionário, compreende-se que Luís Eduardo Magalhães derivou de um crescimento acelerado e pouco ordenado, com fragilidades na sua ocupação e na fiscalização, que pelos perfis dos fiscais, não parecem ter nenhuma relação com a capacitação técnica que se necessita, assim como existe pouca, ou nenhuma, técnica e estudos técnicos envolvidos para as tomadas de decisões. Um município gerido por poderes políticos fortes, em toda sua história, onde o executivo, conjuntamente as pessoas de confiança, administram a tomada de decisões em conformidade dos interesses momentâneos, dessa forma geram demanda para serem resolvidas pelos técnicos da SEPG na medida que os problemas aparecem.

Outro ponto plausível de abordagem é alto índice percentual, entre os participantes, que consideram que dentro da própria secretaria não há integração, assim como apenas 50% acreditam ter integração com as demais secretarias, e essa integração é vista de forma ineficiente, uma vez que não existem programas e rede de planejamento integrando os serviços de cada secretaria. Esses indicativos demonstram a fragilidade de gestões que preferem resolver os problemas pontuais, como já referidos, não existindo um planejamento, e conseqüentemente, um trabalho conjunto para resolver os problemas como um todo.

CONCLUSÃO

Administrar uma organização pública é vislumbrar o bem comum e necessita de bases firmes para as tomadas de decisões. O plano de governo, assim como o PDDU, são as diretrizes para um governo gerir as necessidades da cidade e seus cidadãos. Se observar, no âmbito que envolve o espaço urbano do município de Luís Eduardo Magalhães, no estado da Bahia- Brasil, verifica-se muitos pontos de convergência entre os interesses da atual gestão e o plano diretor de desenvolvimento urbano, representando uma boa possibilidade de crescimento. Contudo, se notarmos calmamente as nuances, prazos e complexidades dos objetivos e metas veremos que são realidades muito distantes de serem alcançadas, principalmente com a forma que se vem administrando os recursos públicos.

Dos objetivos e metas do plano participativo, PDDU, aprovados em junho de 2017, muitos, se não a maioria, necessitam de estudos técnicos específicos, tecnologias modernas e tempo para serem desenvolvidas, além de metas datadas anteriormente a aprovação, o que sugere a falta de preocupação e atenção com o desejo e necessidades públicas.

Durante a pesquisa, não houve dificuldades de acesso aos documentos e elaboração dos questionários, que foi concretizado junto à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, do município de Luís Eduardo Magalhães, Bahia- Brasil, especificamente com a equipe que trabalha diretamente com uso e ocupação do solo, entre funcionários efetivos e nomeados. Com o questionário, constatou-se que na administração pública, no que se refere a secretaria estudada, há um quadro de funcionário com maioria de concursados, mas que ocupam cargos de análises e fiscalização, subordinados as coordenações, gerencia, diretoria e ao secretário, que são quem de fato gerem, o planejamento urbano, sendo que os

mesmos são funcionários temporários, nomeados pela gestão com tempo de serviço inferior a dois anos.

Dentre os concursados o tempo de serviço é superior a dois anos, com média de sete anos no cargo, todos com nível superior, vale salientar que dentre eles, apenas cinquenta por cento tem formação na área de atuação, e que é no departamento de fiscalização que se encontram os servidores sem formação e ou especialização no serviço que desempenha. A falta de integração, conhecimento técnico e informação necessária sobre como e se ocorre uma gestão na secretaria que atuam, corrobora para a perda de eficiência e a falta de feedback, uma vez que o departamento de fiscalização é o responsável pela vistoria da execução da lei e do desenvolvimento da cidade, o que se observa bem na questão oito do questionário, onde cem por cento dos entrevistados consideram ineficiente o trabalho de monitoramento e avaliação das ações da secretaria.

Na pesquisa notou-se uma oscilação de entendimento de como e quem faz a gestão e o planejamento urbano no município de Luís Eduardo Magalhães, Bahia – Brasil, onde, mesmo assim, a maioria designou a responsabilidade ao chefe do poder executivo, mas de acordo com os interesses e os planos do seu governo. Alguns citaram ainda o fato de existir um planejamento contínuo através dos analistas, mas no que se refere ao cumprimento das legislações pertinentes, em casos de análises de construções e loteamentos. Dos problemas apontados na pesquisa, o uso e ocupação do solo foi o que se destacou pela unanimidade dos envolvidos, mas a mobilidade e infraestrutura tiveram um alto percentual de insatisfação, com ênfase para asfaltamento das vias e o saneamento básico, que é consequência de um crescimento vertiginoso, sem planejamento e gestão de longo prazo.

Pela expansão acelerada do município estudado, notou-se que há a necessidade de estudos e trabalhos técnicos, do exercício das leis, suas atualizações e execução de fiscalização eficaz, além de um investimento na infraestrutura e planejamento de médio e longo prazo. A solução é um novo modelo de gestão, com táticas de ocupação das áreas públicas inutilizadas, estruturação da área já urbanizada, como a pavimentação, saneamento e drenagens subterrâneas, estudos para programas de habitação social, além de estratégias para controle e prevenção de possíveis desastres urbanos. É nesse contexto que as políticas públicas e a gestão municipal devem abrir as portas para parcerias visando o crescimento e desenvolvimento do município, uma vez que a estrutura urbana sólida auxilia para uma economia local estável.

No contexto de Luís Eduardo Magalhães, a atual lei de desenvolvimento já direciona para esse novo modelo de gestão, com a criação de um conselho específico para gestão urbana, o Conselho Municipal da Cidade, órgão tripartite, responsável por avaliar a execução do plano diretor, opinar nos projetos estratégicos e de impacto, e definir novas zonas de interesse social. Além do conselho, a lei também institui o Sistema Municipal de Planejamento e Gestão Participativa, para assegurar a participação dos cidadãos e de suas organizações representativas no planejamento municipal e na formulação de políticas, planos, programas, projetos e decisões administrativas sobre desenvolvimento urbano, e também autoriza a criação de uma Agencia de Desenvolvimento, pessoa jurídica de direito privado na condição de associação, constituída e composta pela sociedade civil organizada empresarial de Luís Eduardo Magalhães e reconhecida pelo Poder Executivo Municipal, com a atribuição de acompanhar e apoiar a gestão do Plano Diretor de Luís Eduardo Magalhães e de implementar Plano LEM 50.

A conclusão desta dissertação ambiciona ser uma ferramenta de consciencialização para a importância da cidade, assim como sua gestão e o planejamento, para seus cidadãos e sua economia. Além de almejar ser inspiração para trabalhos que aprofundem na aplicação dos órgãos em Leis descrito, na influência dessas ações para a região do Oeste Baiano, onde Luís Eduardo Magalhães se insere, para estudos de propostas de políticas públicas, com incentivo a ocupação do solo urbano e atitudes sustentáveis, em propostas de planos de bairros, entre muitas outras possibilidades tanto na área de gestão quanto na área da arquitetura, urbanismo e engenharias.

Concluo expondo que Luís Eduardo Magalhães necessita de atitudes que possibilitem agilidade nas ações para implantar mudança, como a instituição do Conselho Municipal da Cidade e o Sistema Municipal de Planejamento e Gestão Participativa, além da Agencia de Desenvolvimento, que pode vir a contribuir com possíveis execuções de projetos de grande impacto e recursos, angariando parcerias com empresas locais, regionais ou até mesmo investidores nacionais e internacionais.

BIBLIOGRAFIA

Livros e Artigos

- Andrade, M. M. (2005). Introdução à metodologia do trabalho científica. 7. ed. São Paulo: Atlas.
- Barney, J. B. (2007). Administração estratégica e vantagens competitivas. São Paulo: Pearson Prentice Hall.
- Barros, A. J. P.; Lehfeld, N. A. S. (1986). Fundamentos de metodologia. Um guia para a inicialização científica. São Paulo: Ed. McGraw-Hill
- Bilhim, J.; Guimarães, T.; Júnior, P; R. (2013). Inovação no setor público: Análise comparativa entre organizações do Brasil e Portugal. Vol.12 no.4. Lisboa, Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão. Disponível em:
http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-44642013000400002
- Borja, J.; Castells, M. (2000). La gestión de las ciudades en la era de la información. México: Taurus, Local y global. Disponível em:
<https://bibliodarq.files.wordpress.com>
- Caravantes, G. R. (2005). Administração: Teorias e Processos. São Paulo: Pearson Prentice Hall.
- Castells, M. (1986). O planeamento urbano. Item 5. In: Problemas de Investigação em sociologia urbana. p. 209-250. Lisboa: Presença.
- Certo, S. C. (2003). Administração Moderna. 9ª ed. São Paulo: Prentice Hall.
- Cesar, A. M. R. V. C. (2005). Método do estudo de caso. (Case Studies) ou Método do caso (Teaching Cases) Uma análise dos dois métodos no ensino e pesquisa em administração. São Paulo: REMAC – Revista eletrônica Mackenzie de casos.
- Choay, F. (1965). O urbanismo, utopias e realidade, uma antologia. São Paulo: Perspectiva.
- Corbusier, L.(2017). Planejamento Urbano. [Tradução Lúcio Gomes Machado]. 3ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva Ltda.
- Corrêa, R. L. (1987). Gestão do Território - Reflexões iniciais. 1ª ed. (p. 7-10). Rio de Janeiro, IN: Cadernos LAGET.
- Dias, E. dos. (2000). Resgatando o movimento modernista urbano: A expressão de uma conjuntura histórica que marcou as cidades do século XX. (v. 4, n. 4). Maringá: Revista Geonotas, Departamento de Geografia, Universidade Estadual de Maringá - PR. Disponível em: <http://www.geonotas.uem.br/geonotas/>

- Emmendoerfer, M. L.; Soares, E. B. S. S. (2013). Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Caso Prático. (v. 9, nº 18). São Bernardo do Campo: Revista Organizações em contexto. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15603/1982-8756/roc.v9n18p357-360>
- Ferreira, A. B. H. (1999). Dicionário Eletrônico Aurélio Século XXI. [CD-ROM] versão 3.0. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira e Lexikon Informática.
- Güell, J. M. F. (1997). Planificación estratégica de ciudades. Barcelona: Editorial Gili S.A.
- Guimarães, H. W. M. (1984). “Responsabilidade social da empresa: uma visão histórica de sua problemática”. (v. 24, n. 4, p. 211- 219). São Paulo: Revista de Administração de Empresas. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552007000300005
- Heilborn, G. L. J.; Lacombe, F. J. M. (2008). Administração: princípios e tendências. 2ª ed. São Paulo: Saraiva.
- Herzog, C. P. (2013). Cidades para todos: (re) aprendendo a conviver com a natureza. 1ª ed. Rio de Janeiro: MAUAD Editora Ltda.
- Hofling, E. M. (2001). Estado e políticas (públicas) sociais. (v.21, n.55, p.30-41). Cad. CEDES [online]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0101-32622001000300003&script=sci_abstract&tlng=pt
- Lakatos, E. M. & Marconi, M. A. (2011). Fundamentos de Metodologia Científica. 6ª ed. São Paulo: Atlas S.A.
- Magalhães, S. (2002). Sobre a Cidade: Habitação e democracia no Rio de Janeiro. 19ª ed. São Paulo: Proeditores Associados Ltda.
- Maricato, E. (2000). As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. Planejamento urbano no Brasil. In: A cidade do pensamento único. p. 127-187. Petrópolis: Vozes.
- Mascaró, J. L. (2005) Loteamentos Urbanos. 2ª ed. Porto Alegre: Masquatro Editora.
- Meirelles, H. L. (2000). Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros.
- Neto, F. P. de M., Froes, C. (2001) Gestão da responsabilidade social: o caso brasileiro. Rio de Janeiro: Qualitymark.
- Oliveira, D. de P. R. de (2007). Planejamento Estratégico: conceitos, metodologia e práticas. São Paulo: Atlas.
- Oliveira, J. F.; Prado, J.; Silva, E. A. (2005). Gestão de Negócios. São Paulo: Saraiva.

- Ott, C. (2004). Gestão pública e políticas urbanas para cidades sustentáveis: a ética da legislação no meio urbano aplicada às cidades com até 50.000 habitantes. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/86921>
- Pinho, J. A. G. de; Sacramento, Ana. R. S. (2009) Accountability: já podemos traduzi-la para o português?. (vol.43, n.6, pp.1343-1368). Rio de Janeiro: Revista de Administração Pública. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122009000600006>.
- Pinto, S. G. B. (2007). Regiões Metropolitanas: obstáculos institucionais à cooperação em políticas urbanas. Tese de Doutorado, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ). Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Disponível em: http://pct.capes.gov.br/teses/2007/968912_5.PDF
- Pires, H. F. (1987). Gestão Urbana e Tecnologia da Informação: A Contribuição da Tecnologia de Informática. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco (MDU/UFPE). Recife, PE, Brasil.
- Prodanov, C. C.; Freitas, E. C. de (2013). Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2ª ed. Novo Hamburgo: Feevale.
- Rico, E. P. de M. (1998). O empresariado, a filantropia e a questão social. (n. 58, p. 24-40, ano XIX) São Paulo, Revista Serviço Social e Sociedade. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v11n04/v11n04_07.pdf
- Scatena, Maria Inês Caserta. (2012). Ferramentas para a moderna gestão empresarial: teoria, implementação e prática [livro eletrônico]. Curitiba: Inter Saberes.
- Schult, S. I. M.; Siebert, C.; Souza, L.A. (2010). Experiências em planejamento e gestão urbana: planos diretores participativos e regularização fundiária. 1ª ed. Blumenau: Edifurb.
- Silva, R. O. da (2008). Teoria da Administração. São Paulo: Person Prentice Hall.
- Souza, C. (2006). Políticas Públicas: uma revisão da literatura. (ano 8, p. 20-45) Porto Alegre: Sociologias,. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>
- Souza, M. L. (2002). Da crítica do planejamento urbano a um planejamento urbano crítico. In: [uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas]. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Ultramari, C. (2009). Significados do Urbanismo. (v.16 n.25). São Paulo: Revista USP. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/43614>

Vieira, E. F.; Vieira, M. M. F. (2003). Poder Local e Gestão Urbana: Formulação de uma Visão Estratégica à Dinâmica das Cidades. (v.10 - n.27) – Salvador: Organizações & Sociedade. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/osoc/v10n27/08.pdf>

Wellar, B. (1976). Information Technology and Urban Governance. Ottawa: Ministry of State for Urban Affairs.

Wilheim, J. (1982). Projeto São Paulo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.

Yin, R. K. (2016). Pesquisa Qualitativa do início ao fim [recurso eletrônico]. Tradução: Daniel Bueno. Porto Alegre: Penso. Disponível em: <https://books.google.com.br/books>

Fontes da Internet

Brasil. (2004). Ministério das Cidades. Política nacional de desenvolvimento urbano. Disponível em: <http://www.capacidades.gov.br>

Brasil. (2010). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). Censo Demográfico. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/>

Brasil. (2015). MATOPIBA se consolida como nova fronteira agrícola do País. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/10/matopiba-se-consolida-como-nova-fronteira-agricola-do-pais>

Brasil. (2015). Site Treasy, Planejamento e Controladoria. Disponível em: <https://www.treasy.com.br/blog/planejamento-estrategico-tatico-e-operacional/>

Brasil. (2016). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2016). Censo Demográfico. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/luis-eduardo-magalhaes/panorama>

Brasil. (2017). Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. Disponível em: <http://www.ippuc.org.br/>

Brasil. (2017). Instituto de Planejamento de Santa Maria. Disponível em: <http://iplan.santamaria.rs.gov.br/site/home>

Brasil. (2017). Instituto de Pesquisa, Administração e Planejamento. Disponível em: <http://www.ipplan.org.br/>

Brasil. (2017). Instituto Soma. Disponível em: <http://institutosoma.org.br/>

Brasil. (2017). Câmara de Vereadores de Luís Eduardo Magalhães. Leis Municipais. Disponível em: <http://cmlem.ba.gov.br/leis/>

Brasil. (2017). Site Coisas de Arquitetura. Disponível em:
<https://coisasdaarquitetura.wordpress.com/2010/06/09/racionalismo-e-arquitetura/>

Estados Unidos da América. (2017). RAND (Research and Development) Corporation.
Disponível em: <https://www.rand.org/about/vision.html>

França. (2001). Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico. Relatório Anual. Disponível em: <http://www.oecd-ilibrary.org>

APÊNDICE I

I. IDENTIFICAÇÃO

Cargo/Função:

Sexo: () Masculino () Feminino

Regime de Trabalho: () Concursado: () Temporário Tempo de atuação: (anos)

Formação:

II. ESPECIFICO

1. Como você avalia o crescimento urbano de Luis Eduardo Magalhães?

2. Quem faz o planejamento e a gestão urbana?

Prefeito (a) :

Secretário (a): ()

Diretor (a): ()

Técnico (a): ()

3. O planejamento urbano envolve todos que trabalha na secretaria?

Sim ()

Não ()

Parcialmente ()

4. Qual a periodicidade?

Mensal: ()

Bimestral: ()

Semestral: ()

Anual: ()

Outros: () Qual ?

5. A secretaria é orientada por uma diretriz municipal?

Sim () Qual ?:

Não ()

6. No planejamento urbano realizado no município são considerados parâmetros e estudo técnicos? Se não quais parâmetros utilizados

7. A secretaria trabalha de forma integrada no planejamento e ações socioambientais com as demais secretarias municipais?

Sim ()

Não ()

8. A secretaria faz monitoramento e avaliação das ações realizadas no perímetro urbano?

Sim () Quais?:

Não ()

9. Quais os principais problemas urbanos que a secretaria observa no município?

Mobilidade ()

Ambiental ()

Ocupação do Solo ()

Infraestrutura ()

Habitação ()

Outros () Quais ?

10. Quais as principais ações para combater os problemas urbanos no município?

APÊNDICE II

TABELA 01. RESPOSTAS - IDENTIFICAÇÃO

Participante	Sexo	Cargo/Função	Regime	Tempo de Atuação	Formação
01	Masculino	Diretor	Temporário	1 ano	Eng. Agrônomo
02	Feminino	Gerente	Temporário	8 meses	Arquiteta Urbanista
03	Masculino	Fiscal de Polícia Administrativa	Concursado	11 anos	Superior Completo
04	Feminino	Fiscal de Polícia Administrativa	Concursado	6 anos e 9 meses	Administração
05	Masculino	Analista de Processos	Concursado	9 anos	Eng. Civil
06	Feminino	Coordenadora	Temporário	2 anos	Arquiteta Urbanista
07	Masculino	Fiscal de Rendas	Concursado	17 anos	Ciências Contábeis
08	Feminino	Analista de Processos	Concursado	2 anos e 9 meses	Arquiteta Urbanista
09	Masculino	Fiscal de Polícia Administrativa	Concursado	6 anos e 9 meses	Pedagogia
10	Masculino	Gerente	Temporário	1 ano	Eng. Civil
11	Masculino	Analista de Processos	Concursado	2 anos e 9 meses	Eng. Civil
12	Masculino	Analista de Processos	Concursado	1 ano e 8 meses	Arquiteto Urbanista

TABELA 02. RESPOSTAS - QUESTÃO 01

Participante	Questão 01
01	Crescimento acelerado, relativamente ordenado, infraestrutura básica
02	Acelerado e desordenado, cresceu em ritmo rápido que a legislação, gestão e fiscalização não conseguiram acompanhar, causando problemas urbanos
03	Segundo nicho de crescimento mais importante, só perdendo para agronegócio, sofreu impacto por má gestão

Eduarda Reis Junqueira Ramos
GESTÃO E PLANEJAMENTO URBANO: O CASO DE LUIS EDUARDO MAGALHÃES

04	Desordenado
05	Rápido e desordenado, dificultado ações de fiscalização e cumprimento das leis vigentes
06	Um pouco desordenado em relação as edificaís
07	Desordenado e sem infraestrutura
08	Baixo grau de ordenação, pela aceleração do empreendedorismo no parcelamento do solo na construção civil, aliada a falhas nos de parâmetros técnicos na legislação e o desejo de agradar os investidores por apoio e investimento político
09	Comparado com municípios da região, avalio como rápido
10	Crescimento desordenado, onde a população não acompanhou a oferta de lotes, com alguns loteamentos sem infraestrutura
11	Crescimento desordenado, guiado principalmente por interesses políticos e comerciais/financeiros de grandes empresários, não sendo, no geral, no geral o interesse coletivo
12	O espaço geográfico foi loteado para ser ocupada a longo prazo, longe da realidade numérica da população, não pensada a espacialidade, prejudicando pontos importante para vivencia da cidade, com mobilidade urbana adequada somente aos carros, também não preocupou-se com infraestrutura básica, equipamentos públicos.

TABELA 03. RESPOSTAS - QUESTÕES DE 02 Á 04

Participant e	Questão 02				Questão 03			Questão 04				
	Pref.	Sec	Dir.	Tec.	Sim	Não	Parc.	Men	Bim.	Sem.	Anual	Outros
01	x		x	x			x		x			Reuniões ocasionais
02	x	x				x					x	
03						x						Não sabe
04	x					x						Não sabe
05			x		x							Diariamente nas análises, viabilidades e

Eduarda Reis Junqueira Ramos
GESTÃO E PLANEJAMENTO URBANO: O CASO DE LUIS EDUARDO MAGALHÃES

												vistorias
06	x						x					Diariamente nas análises e quando aparece demanda de atualização da legislação
07	x					x						Não tem cronograma, ou não é divulgado
08	x					x						Conforme interesse do gestor municipal
09		x				x					x	
10		x					x	x				
11	x					x						Não ouvi falar
12	x						x					Pontualmente, resolver os problemas que aparecem e vez de planejar a vivencia da cidade

OBS: Pref. = Prefeito / Sec. = Secretário / Dir. = Diretor / Tec. = Tecnico

Parc. = Parcialmente

Mem. = Mensalmente / Bim. = Bimestralmente / Sem. = Semestralmente

O participante 03, na questão 02, não marcou nenhuma por achar que ninguém faz o planejamento e gestão urbana

TABELA 04. RESPOSTAS – QUESTÃO 05

Participante	Questão 05		
	Sim	Não	Qual
01	x		Plano Diretor Urbano e Código de Obras
02		x	

Eduarda Reis Junqueira Ramos
GESTÃO E PLANEJAMENTO URBANO: O CASO DE LUIS EDUARDO MAGALHÃES

03		x	
04	x		Plano Diretor Urbano
05	x		Plano Diretor Urbano
06	x		Legislações específicas, Plano Diretor, Código de Obras
07	x		Não tem essa informação
08		x	
09	x		Plano Diretor Urbano
10	x		
11	x		Promoção Política
12	x		Mas não é aplicada integralmente, orientada por demanda política, sem diagnostico

TABELA 05. RESPOSTAS - QUESTÃO 06

Participante	Questão 06
01	Sim, são utilizados parâmetros fornecidos por consultores, contratados com especialidades na área de contratação
02	Nem sempre, muitas vezes são tomadas decisões sem consulta técnicas, e sem considerar alguns parâmetros
03	Um percentual pequeno de estudos técnicos, se usa muito interesses
04	Sim, mas nem sempre são seguidos
05	Sim
06	Legislações vigentes, o mais utilizado é o bom senso dos técnicos
07	Provavelmente sim, mas não é partilhado com todos os servidores
08	Quase sempre a técnica não é a prioridade, priorizam urgência, praticam o “conhecimento” empírico e achismo, fazendo jogo de tentativa e erro
09	Sim
10	Sim
11	Percebe-se que na maioria das vezes são considerados os parâmetros que dão mais visibilidade política, poucas vezes observou-se parâmetros e

Eduarda Reis Junqueira Ramos
GESTÃO E PLANEJAMENTO URBANO: O CASO DE LUIS EDUARDO MAGALHÃES

	estudos técnicos serem considerados
12	Por ser ação do gestor e das pessoas próximas, que não tem formação em disciplinas de planejamento urbano e urbanismo, a técnica advém da experiência e trabalho delas, acompanhando a demanda.

TABELA 06. RESPOSTAS - QUESTÕES DE 07 Á 09

Participante	Questão 07		Questão 08			Questão 09					
	Sim	Não	Sim	Não	Quais	Mob.	Amb.	UOS	Infra	Hab.	Outros
01	x			x				x			
02		x		x		x	x	x	x	x	
03		x		x				x	x	x	
04		x		x		x	x	x	x	x	
05	x			x		x		x			
06		x		x		x		x	x		
07	x	x			Não tem conhecimento			x	x		Ênfase asfalto e saneamento
08		x		x		x	x	x	x	x	segurança
09	x		x		Não sabe informar			x		x	Ênfase asfalto
10	x			x	Falta fiscalização	x					
11		x		x				x	x		
12	x			x	Problema com fiscalização e sem implementação de monitoramento	x	x	x	x	x	Falta de cumprimento da legislação e coerência na mesma

OBS: o participante 12 ressalta, nas questão 07, que a secretaria tenta ter contato, de forma limitada por também não haver um sistema e uma rede de comunicação.

Mob. = Mobilidade / Amb. = Ambiental / UOS = Uso e Ocupação do Solo / Infra = Infraestrutura / Hab. = Habitação

TABELA 07. RESPOSTAS - QUESTÃO 10

Participante	Questão 10
01	Estudos técnicos, contratação de especialistas, renovação e atualização das legislações.
02	Fiscalização, integração entre secretarias, planejamento conjunto, monitoramento e avaliação das ações e projetos
03	Apesar de muita discussão e teoria se vê poucas atitudes
04	Não sabe informar
05	Intensificação nas ações de fiscalização, para evitar uso desordenado do solo, atualização das leis adequando a realidade do município
06	Fiscalização nas edificações irregulares, investir na infraestrutura, sem continuar com medidas paliativas, educação construtiva
07	Melhorar equipamentos na SEPG, formação dos servidores envolvido, capacitação
08	Aplicação dos parâmetros técnicos e estudo para um planejamento estratégico eficiente de curto, médio e longo prazo
09	Investimento, envolvimento de todos servidores e da sociedade, capacitação dos servidores envolvidos
10	Fazer obedecer as legislação e efetivação de uma boa infraestrutura, implantar a acessibilidade, humanizar a cidade
11	Adotar estudos técnicos, sem influência política, aperfeiçoamento com efetividade da fiscalização, programa de conscientização, investimentos em educação, punição para irregularidades imparcialmente
12	Cumprir todos os parâmetros legais, não criar leis paliativas permissivas e em desencontro com leis atuais, planejar.